Frente ampla deteve o golpe fascista

Terroristas se isolam. Democracia vence e se torna mais forte

Preso o ex-ministro de Bolsonaro que tinha em casa decreto do golpe

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), resumiu bem o isolamento dos terroristas que atentaram contra os Três Poderes e a resposta dada no momento seguinte que formou uma frente muito ampla, com a "unificação de forças antagônicas em torno do valor da democracia brasileira". "Foi uma reunião com muitos símbolos, forte, com todos os Poderes, com todos os estados presentes, todas as instituições, foi uma reação necessária aos atos violentos que essas instituições sofreram no domingo", disse. No sábado (14), o ex-ministro de Bolsonaro Anderson Torres foi preso ao voltar de Miami. **Página 3**

HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.889 18 a 24 de Janeiro de 2023

Fábio Rodrigues Pozzebon - ABr

Em momento histórico, cúpula dos três Poderes com governadores e vices dos 27 Estados caminham juntos

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Para de Bolle, 'fiscalismo' tem por obsessão asfixiar a despesa social

José Cruz - ABr

"O fiscalismo tem por princípio a obsessão pelas despesas primárias como objeto de asfixia. Dito de outro modo, pretende o fiscalismo emplacar como discurso único o de que as despesas primárias devem sempre ser reduzidas. Dentre os componentes da despesa primária que mais repulsa causam aos fiscalistas estão programas sociais e aumentos do salário mínimo", afirma a economista Monica de Bolle, ex-diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE/Casa das Garças), professora da Universidade Johns Hopkins, em coluna publicada em seu blog. **Página 2**

Privatização de portos não deu certo em lugar nenhum", diz Márcio França

A proposta de privatizar o Porto de Santos foi criticada pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França. "Ninguém no mundo faz isso. Só existe um caso, na Austrália, e não deu certo", disse. **Pág. 4**

Bolsonaro usou só metade das verbas contra enchentes

Mesmo tendo sido 2022 o ano com mais mortes provocadas por chuvas no país dos últimos dez anos. **Página 4**

Juízes vão às ruas contra abolição do judiciário em Israel

Coalizão de extrema direita ameaça suprimir o poder da Suprema Corte de Israel. **P. 6**

Alexandre de Moraes diz que no Brasil não haverá "apaziguamento ignóbil" como houve com Hitler

Ministro do STF foi enfático. Ao lado, o terrorista, vestido com uma camisa de Bolsonaro, que invadiu o Palácio do Planalto e destruiu o relógio que havia sido dado de presente a Dom João VI em 1808. Ele foi flagrado pela câmera interna do Planalto vandalizando o Palácio. **Pág. 3**

Reprodução

'Falar que o Ministério da Justiça se omitiu é aliviar terroristas", afirma Flávio Dino

"Essa ideia de que houve omissão do Ministério da Justiça é criminosa, é falsa, é uma ideia aliada de terroristas", afirmou o ministro Flávio Dino: é uma inversão comum nos processos penais, "a mulher estuprada não é culpada pelo estupro. Nós fomos vítimas, não fomos autores de ilícito algum". Página 3

Relógio corre na Ucrânia contra mundo unipolar

Afirmação é do indiano Bhadrakumar. Pág. 7

Sob efeito do juro alto, produção industrial recua em 9 de 15 locais em 12 meses, aponta IBGE

São Paulo, principal parque industrial do país, acumula retração de -0,4%

Nove dos 15 locais pesquisados pelo IBGE registraram taxas negativas na produção industrial no acumulado dos últimos 12 meses até novembro, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, divulgada nesta sexta-feira (13).

Em São Paulo, o principal parque industrial do país, a produção ficou estagnada ao registrar -0,4% em 12 meses. De acordo com o IBGE, entre as maiores perdas no período estão: Pará (-8,9%), Espírito Santo (-6,7%), Ceará (-6,5%) e Santa Catarina. Entre os que tiveram ganhos na produção, destacam-se: Mato Grosso (21,6%), Rio de Janeiro (4,6%), Amazonas (4,1%) e Goiás (2,6%).

Com a taxa de juros alta proporcionando um superendividamento das famílias e inibindo o crédito e, assim, derrubando o consumo de bens no país, a produção industrial brasileira recuou 0,1% em novembro em relação a outubro e acumula queda de -1,0% em doze meses e de -0,6% de janeiro a novembro.

"Entre nov/21 e nov/22, a taxa básica de juros (Selic), principal instrumento do Banco Central para combater a inflação, subiu de 7,75% ao ano para 13,75% ao ano, o que foi sendo repassado progressivamente às demais taxas do mercado financeiro. Embora não tenha sido o único fator, este quadro deteriorou o desempenho do comércio e da indústria em 2022, notadamente nos ramos de bens duráveis, cujos mercados demandam algum tipo de financiamento", assinalou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi). "No acumulado em doze meses, o resultado da indústria saiu de +5,0% em nov/21 para -1,0% em nov/22 e o do comércio varejista, de +5,1% para -0,8%".

Na passagem de outubro para novembro foram observada quedas em seis dos 15 locais pesquisados, "o que representa uma parcela de 40% do total dos parques industriais regionais", destacou o Iedi, ressaltando que "o resultado de nov/22, entretanto, não representa integralmente a evolução de 2022 no acumulado destes onze primeiros meses. Em relação ao mesmo período do ano anterior, são mais frequentes os casos de retração: 53% dos parques no vermelho e 67% com sinal de deterioração neste final de ano, isto é, no bimestre out-nov/22".

IBC-Br cai 0,55% em novembro. É a quarta queda consecutiva

Índice é considerado uma prévia do PIB

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) recuou 0,55% em novembro na comparação com o mês anterior. É o quarto mês seguido de queda do índice e a contração mais forte desde a queda de 1,2% ocorrida em agosto. A divulgação foi feita na sexta-feira (13).

No final de 2022 o país estava, como continua, sob os efeitos da desmedida alta da taxa básica de juros (Selic), de 13,75% ao ano, pressionando todas as taxas de juros para empréstimos e financiamentos às famílias e às empresas, travando investimentos e o consumo. Em março de 2021 a Selic estava em 2% ao ano.

A produção industrial teve queda praticamente generalizada em 2022. Em novembro caiu 0,1%, na comparação com outubro, no acumulado de janeiro a novembro recuou -0,6% e em 12 meses caiu -1%.

As vendas no comércio varejista recuaram 0,6% sobre o mês anterior, interrompendo três meses de ganhos. Foi o pior mês de novembro para o setor desde 2015, na comparação mensal.

Nem o setor de serviços, que, com a retomada das atividades após pandemia ainda apresentava variações positivas, resistiu à retração dos negócios, com crescimento de 0% em novembro sobre outubro que já registrara recuo de -0,5%

O acumulado do IBC-Br de 2022, até novembro, foi de uma alta de 3,26%. Em 12 meses, o crescimento é de 3,15%. Os percentuais acumulados confirmam a tendência de queda registrada nos últimos meses de 2022.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

"Despesa financeira é zona morta do debate econômico brasileiro"

Foto: Leo Aversa/Divulgação

Monica De Bolle é ex-diretora do Instituto de Estudos/Casa das Garças

"Pretende o fiscalismo emplacar como discurso único o de que as despesas primárias devem sempre ser reduzidas. Dentre os componentes da despesa primária que mais repulsa causam aos fiscalistas estão programas sociais e aumentos do salário mínimo", afirma em artigo a economista Monica De Bolle

A economista Monica de Bolle, ex-diretora ex-diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE/Casa das Garças), membro sênior do Peterson Institute for International Economics e professora da Universidade Johns Hopkins, nos brinda, nesta semana, com uma importante coluna, publicada no dia 14 de janeiro, em seu blog, com críticas contundentes aos privilégios exagerados obtidos pelos detentores de títulos públicos no Brasil. Para atender a esses privilégios, segundo a autora, o país inteiro é submetido a uma verdadeira ditadura fiscalista.

"*O fiscalismo tem por princípio a obsessão pelas despesas primárias como objeto de asfixia. Dito de outro modo, pretende o fiscalismo emplacar como discurso único o de que as despesas primárias devem sempre ser reduzidas. Dentre os componentes da despesa primária que mais repulsa causam aos fiscalistas estão programas sociais e aumentos do salário mínimo*", afirma a economista.

"*Parece razoável gastar 10% do PIB com juros da dívida, quando 15 meses antes gastavam-se menos de 2% do PIB? Ou seja, é justificável esse aumento da despesa financeira? Essa pergunta é muito importante pois, com recursos limitados, o aumento da despesa financeira estrangula a capacidade de aumentar o salário mínimo e de fazer o que é necessário com os programas sociais para reduzir a extrema pobreza e a fome no País*", argumenta Mônica de Bolle. Confira o artigo na íntegra.

A DESPESA FINANCEIRA É A ZONA MORTA DO DEBATE ECONÔMICO BRASILEIRO

ZONAS MORTAS SÃO ÁREAS DE HIPOXIA

MONICA DE BOLLE

Há cerca de 150 zonas mortas nos oceanos do planeta, a maior parte delas perto das costas, resultado do aquecimento das águas e da poluição. No Golfo do México, a zona morta já compreende uma área maior do que a do estado de Nova Jérsei, nos EUA. Zonas mortas são regiões de hipoxia, isto é, de oxigênio reduzido. Nessas regiões de hipoxia há mais nitrogênio do que oxigênio, condições que expulsam ou matam boa parte da vida marinha. Tipicamente há nessas zonas mortas uma proliferação de algas, que se nutrem de nitrogênio e alimentam as águas vivas, seres resistentes à hipoxia. Portanto, há vida nas zonas mortas. O que não há é diversidade.

O debate econômico brasileiro tem se transformado, ao longo dos últimos anos, em uma zona morta. A diversidade se foi e sobraram apenas as mesmices, as algas e águas vivas. A zona morta é especialmente visível nos fins de semana, quando a ondulação dos jornais e de seus editoriais impulsiona as medusas, que então flutuam em suas páginas. Águas vivas, ou medusas, locomovem-se com imensa eficácia desde que haja algum fator externo de propulsão. No Brasil, o fator externo de propulsão, ou talvez seja mais apropriado denominá-lo de pulsão, chama-se fiscalismo.

O fiscalismo tem por princípio a obsessão pelas despesas primárias como objeto de asfixia. Dito de outro modo, pretende o fiscalismo emplacar como discurso único o de que as despesas primárias devem sempre ser reduzidas. Dentre os componentes da despesa primária que mais repulsa causam aos fiscalistas estão programas sociais e aumentos do salário mínimo. Mas, me adianto. Antes de mais nada, é preciso definir conceitos para que não se perca o/a leitor/a nos jargões que dificultam a compreensão da economia.

A despesa primária da União é todo o dispêndio, à exceção daqueles relacionados ao pagamento de juros da dívida pública e às amortizações. Como a despesa financeira se constitui, justamente, dos gastos com os juros e com as amortizações da dívida, a despesa primária é tudo o que o governo gasta menos a despesa financeira. Já a despesa nominal inclui todas as despesas, inclusive a financeira.

Entendidos os conceitos de despesa, passemos aos que versam sobre déficits e superávits. Déficits e superávits são resultados: quando há um déficit, o resultado é negativo; quando há um superávit, o resultado é positivo. O resultado primário consiste em todas as receitas do governo, subtraídas as despesas primárias. Já o resultado nominal equivale a todas as receitas, subtraídas as despesas nominais.

O fiscalismo brasileiro se define a partir do enfoque único nas despesas e no resultado primários. Logo, deixa ele de lado as despesas financeiras — ou, todo o encargo com a dívida pública brasileira. Vejamos o que isso significa. Usando a Selic como taxa de referência média para os juros da dívida pública, uma simplificação, os encargos com pagamentos de juros somam cerca de R$ 920 bilhões (ou seja, 13,75% de uns R$ 6,7 trilhões). Portanto, os pagamentos de juros compreendidos pela despesa financeira equivalem a cerca de 10% do PIB, hoje. Antes da célere alta de juros promovida pelo Banco Central, os pagamentos de juros somavam uns R$ 135 bilhões, ou, pasmem, menos de 2% do PIB. Os juros foram elevados de 2% para 13,75% em 1 ano e meio, entre o início de 2021 e meados de 2022.

Portanto, cabem duas perguntas. A primeira é: parece razoável gastar 10% do PIB com juros da dívida, quando 15 meses antes gastavam-se menos de 2% do PIB? Ou seja, é justificável esse aumento da despesa financeira? Essa pergunta é muito importante pois, com recursos limitados, o aumento da despesa financeira estrangula a capacidade de aumentar o salário mínimo e de fazer o que é necessário com os programas sociais para reduzir a extrema pobreza e a fome no País.

A segunda pergunta, relacionada à primeira, é: parece adequada a reação do Banco Central à inflação brasileira? Isto é, o aumento de mais de 11 pontos percentuais da Selic é justificável? Já argumentei aqui que a inflação no Brasil teve causas fundamentalmente externas, como o próprio Banco Central parece ter reconhecido na última carta explicando as razões por não ter cumprido a meta inflacionária. Há, portanto, a nítida possibilidade de que o Banco Central tenha errado a mão, favorecendo, por meio do aumento das despesas fianceiras, os detentores de títulos públicos.

Dizem as medusas fiscalistas em sua flutuação na zona morta dos fins de semana jornalísticos que o Ministro da Fazenda deveria ter anunciado mais cortes de gastos, pois "é preciso conquistar a confiança dos investidores para que os juros não subam ainda mais". É?

Ou seria o aumento da despesa financeira em razão de um "erro de cálculo" e de diagnóstico do Banco Central o problema central que o enfoque nas despesas primárias tenta ocultar? Não são as despesas realmente problemáticas as financeiras, aquelas que escancaram o patrimonialismo e o conflito distributivo no Brasil?

A economia não é via de mão única. Por não ser ciência exata, não existe um só argumento, e os que existem sequer são passíveis de comprovação. Portanto, a economia não funciona na zona morta. Ela funciona nas zonas férteis do pensamento e da realidade tal qual essa se apresenta.

Certos tipos de água viva não conseguem flutuar e vão parar no fundo do oceano — ou do tanque de um aquário — quando não há propulsão externa suficiente. Por quanto tempo haverá ainda impulsão para o desgastado fiscalismo à brasileira?

Reproduzido do Monica's Newsletter

Foto: Thiago Lontra/Aleri

Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Siqueira defende mudança na política de preço da Petrobrás "que penaliza o povo"

"Quando a administração da Petrobrás coloca um lucro absurdo em cima dos derivados em prejuízo grave ao povo brasileiro, distribui dividendos absurdamente altos, ela está transferindo patrimônio do povo brasileiro para 63% de acionistas privados, sendo 44% deles na bolsa de Nova Iorque, é um crime de lesa-pátria"

O engenheiro Fernando Siqueira, diretor Administrativo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), que esteve à frente da entidade por vários mandatos e em momentos decisivos na defesa da estatal e da soberania nacional, declarou em entrevista à Rádio RBA de Santos que "nossa grande esperança é retomar a administração da Petrobrás com viés nacionalista".

"Nós temos esperança que a Petrobrás volte a ser uma empresa em defesa do patrimônio nacional, em defesa do desenvolvimento do país e de geração de emprego para acabar com essa miséria que está tomando conta do povo brasileiro".

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Aepet apresentou suas propostas para a estatal.

"Nós temos sugestões para o novo presidente da Petrobrás, como a retomada do monopólio; a reversão da venda dos ativos, altamente perniciosa, a recompra da BR, das redes de gasodutos, a TAG e a NTS e a mudança dessa política de preço que penaliza o povo brasileiro a favor de acionistas privados", disse o diretor da Aepet, na entrevista no dia 6 de janeiro.

Além disso, defendeu a redução da exportação de petróleo. "Nossa posição é de que o petróleo deve ser refinado no país, gerando emprego e exportando produto com valor agregado, e não exportando petróleo bruto para gerar emprego para empresas estrangeiras".

Siqueira também destacou, entre as sugestões, a recompra das ações da Petrobrás que foram vendidas na bolsa de Nova Iorque no governo Fernando Henrique, quando o governo detinha 84% do capital social da Petrobrás. Foram vendidos 33% na bolsa de Nova Iorque por um valor extremamente subestimao.

No governo Lula, a participação foi elevada a 48%, "longe do ideal, mas deu uma melhorada bastante grande", ao contrário do que ocorreu no governo de Jair Bolsonaro que obrigou o Banco do Brasil e a Caixa a venderem as ações que detinham da maior estatal brasileira, reduzindo a participação da União para 36%.

Outra sugestão é a retomada do conteúdo nacional. Siqueira lembrou que quando a Petrobrás comprava no mercado nacional, o Brasil chegou a ter 5.000 empresas fabricantes de equipamentos de petróleo.

"Para se ter uma ideia, a Petrobrás quando comprava do mercado nacional, através de um decreto do presidente Geisel, ela foi permitida compra do mercado nacional até pelo dobro do produto estrangeiro. Então a Petrobrás fez um programa de nacionalização, que eu participei, demos condições de serem criadas 1.500 fornecedoras de produtos de petróleo no país e essas empresas criaram subfornecedoras, de tal modo que nós tínhamos 5 mil empresas fabricantes de equipamentos de petróleo fornecedoras da Petrobrás que chegou a comprar 95% no mercado nacional". Com o Repetro, instituído em 1999, as empresas estrangeiras ficaram isentas de pagar imposto na importação de produtos de petróleo, inviabilizando as empresas no mercado nacional que não tiveram isenção do ICMS.

"As 5 mil empresas foram totalmente dizimadas e as que restaram foram compradas por empresas estrangeiras", ressaltou Siqueira. "Portanto, a Petrobrás gerou tecnologia que não só servia para o setor petróleo, mas também para o setor industrial em geral". Com isso, o país deixou de gerar empregos e transferiu para o exterior essa atividade.

PPI

Sobre a política de preços da Petrobrás – Plano de Paridade de Importação (PPI), implementada nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, Fernando Siqueira afirmou que a ideia de elevar o preço da Petrobrás a valores internacionais, acrescido dos preços de transporte do petróleo, foi "absolutamente prejudicial ao povo brasileiro".

"Isso resultou na Petrobrás faturar cerca de 300% em cima dos produtos que ela vendeu, do GLP, da gasolina, do óleo diesel. Por exemplo, o óleo diesel custa cerca de R$ 1,00 a ser produzido e a Petrobrás vendia por R$ 4,00 para o mercado. Qual era a ideia do Parente [Pedro Parente, ex-presidente da Petrobrás]? Jogar a Petrobrás contra a opinião pública para privatizá-la. Então, com isso, você retira renda do povo brasileiro e entrega para acionistas predominantemente estrangeiros, distribuindo dividendos absurdos, ainda esse ano foi da ordem de R$ 150 bilhões, distribuídos para acionistas privados, predominantemente estrangeiros", denunciou.

"Essa distribuição de dividendos poderia ser revertida em investimento da Petrobrás", defendeu. Ele lembrou que a estatal chegou a investir na ordem de 50 bilhões de dólares e hoje investe apenas 8 bilhões de dólares, "deixando de investir não só na produção do pré-sal, mas na descoberta de novas áreas, inclusive, em águas ainda mais profundas do que o pré-sal, podendo aumentar consideravelmente as reservas brasileiras".

"Pegam esse dinheiro, retirado do povo brasileiro. É um duplo ataque à economia do brasileiro, coloca o combustível num preço absurdamente alto, retira o patrimônio do brasileiro, transfere para acionistas ao invés de fazer investimentos para aumentar o potencial de reservas do país".

No governo Bolsonaro, "veio o Castello Branco, continuou esse processo,, vendeu a TAG, a malha de gasoduto do Norte e Nordeste, vendeu outros ativos, vendeu a Distribuidora BR, que é o cartão de visitas da Petrobrás, ou seja, os dois juntos [Parente e Castello Branco] deram um prejuízo da ordem de 200 bilhões de reais à companhia e logicamente a todo o povo brasileiro".

"Quando a administração da Petrobrás coloca um lucro absurdo em cima dos derivados em prejuízo grave ao povo brasileiro, distribui dividendos absurdamente altos para os acionistas, ela está transferindo patrimônio do povo brasileiro para 63% de acionistas privados, sendo 44% deles na bolsa de Nova Iorque, é um crime de lesa-pátria. É um crime de lesa poder do povo brasileiro".

"A Petrobrás poderia estar fazendo o Brasil atingir a sua vocação de país mais rico e mais viável do planeta e, no entanto, com esses desmandos governamentais e administrativos da Petrobrás, o Brasil está numa situação de colônia, com 33 milhões de pessoas passando fome e 110 milhões de pessoas com insegurança alimentar extremamente alta", enfatizou.

Frente ampla deteve o golpe fascista. Terroristas isolados

Reprodução/Globonews

O ministro da Justiça e Segurança

'Dizer que Ministério da Justiça se omitiu é mudar o foco e aliviar terroristas', diz Dino

O ministro da Justiça, Flávio Dino rebateu, em entrevista no sábado (14) à Globonews, aqueles grupos que acusam o Ministério da Justiça de não ter agido adequadamente nos atentados terroristas ocorridos no último dia 8 de janeiro. "Essa ideia de que houve omissão do Ministério da Justiça é criminosa, é falsa, é uma ideia aliada de terroristas", acusou Dino.

"Ela visa garantir a impunidade de terroristas", disse o ministro. "É uma ideia mentirosa e, ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de que é uma ideia que não ajuda ao principal, que é apurar os verdadeiros responsáveis", acrescentou o chefe da pasta da Justiça.

Dino afirmou que essa é uma inversão comum nos processos penais. "A mulher estuprada não é culpada pelo estupro. Nós fomos vítimas, nós não fomos autores de ilícito algum e estamos trabalhando há uma semana de manhã, de tarde e de noite, para apurar, identificar e entregar ao Poder Judiciário os verdadeiros responsáveis", observou.

"Isso é uma tentativa de desviar o foco dos grupos terroristas, de quem organizou o terrorismo, de quem incitou, de quem financiou e de quem mandou. Em nenhum desses grupos existe autoridade do governo Lula. Podem até existir agentes públicos federais e distritais. Quem vai dizer isso é a investigação. Não cabe a mim antecipar e dizer que tal coronel, que tal major, que aquele outro sargento da polícia ou do Exército agiu dessa forma. Eu não posso fazer isso. E eu não farei", disse o ministro.

"Esse debate, de imputar ao Ministério da Justiça algo que não lhe cabia, legalmente falando, é uma tentativa de atrapalhar as investigações. Ou seja, é uma aliança objetiva com terrorista e com quem quer proteger terrorista", apontou Flávio Dino.

"Vamos as fatos tal como eles ocorreram. Todo o Brasil sabia dessas convocações para esses atos em Brasília. Não é que eu soubesse, todo o mundo sabia. Houve, na sexta-feira, dois dias antes, uma reunião no governo do Distrito Federal, que é quem comanda a polícia ostensiva, à luz da Constituição, que é a nossa pauta, eu não posso me afastar dela".

"E o governo do DF assumiu um compromisso nesta reunião da sexta-feira (6). No sábado (7), houve a reiteração desses compromissos no sentido da manutenção da ordem pública. Não havia até ali nenhum elemento para haver uma intervenção federal, que é um remédio excepcional. Se eu propusesse isso antes, eu ia ser chamado de ditador", afirmou o ministro.

"Lembrando que a posse, que havia ocorrido no dia 1º", prosseguiu o ministro, "ocorreu em paz. Ainda assim, apesar das reuniões na sexta e no sábado, no sábado à noite eu ainda enviei dois ofícios ao governo do DF. Às vinte horas e seis minutos do dia 7 de janeiro. Um ofício meu e um ofício da Polícia Federal". "Então, todo os alertas das autoridades competentes foram feitos. Lembrando que o Ministério da Justiça não pode fazer policiamento ostensivo. Não é papel da PF, segundo o artigo 144 parágrafo 1 da Constituição, disse Dino.

"Nós não podíamos fazer intervenção antecipada no DF e, obviamente, a segurança dos prédios da praça dos Três Poderes também não compete ao Ministério da Justiça. Nós temos o Gabinete de Segurança Institucional, que é outro órgão externo ao Ministério da Justiça. O Congresso tem a polícia legislativa e o Supremo tem a sua polícia. E nenhum desses órgãos é vinculado ao Ministério da Justiça", lembrou.

"Desde que Brasília recebeu sua autonomia federativa, a Polícia Militar do Distrito Federal, o Sistema de Segurança local, recebe recursos federais, do chamado Fundo Constitucional, para proteger os poderes", explicou Dino. "Então", prosseguiu, "é óbvio que, à vista desses alertas, o policiamento do DF deveria ter sido reforçado. Não foi. O inquérito policial está tratando disso".

Ricardo Stuckert

Líderes da Câmara e Senado entregaram ao presidente o Decreto Legislativo da intervenção em Brasília aprovado nas duas casas

Líderes do Congresso se somam ao governo e às medidas tomadas por Lula contra o fascismo

Em encontro com parlamentares, na quarta-feira (11), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o Decreto Legislativo que aprovou a intervenção no DF na Câmara e no Senado, ocasião em que o mandatário agradeceu o apoio e afirmou que "não gostaria de ter feito uma intervenção, e sim conversado".

Aos deputados e senadores, entre eles, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), Lula destacou que a aprovação da intervenção foi uma medida para "garantir que a democracia continue sendo o sistema de funcionamento da política brasileira, a respeitabilidade pelo direito dos outros".

"Quero que vocês saibam que qualquer gesto que contrarie a democracia brasileira será punido dentro daquilo que a lei permite punir. Todo mundo terá direito de se defender, à prova da inocência, mas todo mundo será punido", acrescentou o presidente.

"Já entraram na Justiça e a Justiça já disse qual foi o resultado eleitoral. (Ela) ainda indeferiu o processo e condenou o partido que entrou com o questionamento (das eleições) a pagar uma multa grandiosa, do fundo partidário. Mesmo assim tem gente que quando conta a primeira mentira não consegue mais parar de mentir, porque é preciso justificar a primeira mentira pelo resto da vida. E é o que está acontecendo nesse país", prosseguiu Lula.

"Eu até não gostaria de pensar em golpe, eu gostaria de pensar em uma coisa menor, quem sabe, um grupo de pessoas alopradas que ainda não entenderam que a eleição acabou, que ainda não querem aceitar que a urna eletrônica é o modelo eleitoral mais perfeito que a gente tem em todos os países do mundo. Eu sei porque eu viajo muito e em todos os lugares que a gente conta como funciona o processo eleitoral aqui no Brasil, todo mundo fica com inveja de que a gente pode saber do resultado eleitoral apenas duas horas depois das eleições. E que em pouquíssimos momentos da história houve qualquer questionamento ao resultado eleitoral", acrescentou Lula.

O presidente também fez críticas à postura de Bolsonaro que segue, dois meses depois, sem reconhecer a derrota nas urnas em outubro. Lula lamentou a conduta do ex-mandatário que, na noite de ontem (10), publicou em seu perfil no Facebook vídeo com novas informações falsas sobre o processo eleitoral brasileiro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou que o plenário do Legislativo demonstrou que "estava de pé, ouvindo e repudiando os atos que foram praticados de vandalismo e de ofensa às instituições e à democracia brasileira". Ao entregar o decreto a Lula, Lira ressaltou que os atos de terrorismo exigirão uma "reflexão futura" para "nunca sair de nossas memórias o risco que o Brasil sofreu e superou", discursou.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) aproveitou para destacar o encontro desta quarta como uma união dos Três Poderes contra "o terror e o fascismo" no Brasil. Randolfe frisou que os "terroristas, estejam onde estiverem, ou sejam quem for" podem ter a "certeza que aqueles democratas do país, liderados pelo presidente Lula, reagirão para defender a Nação atacada e a democracia", garantiu.

"Esse país tem espaço para todas as posições políticas, à direita, à esquerda, ao centro. Agora, este país não tem e não terá espaço para o fascismo e o terror. O fascismo e o terror só cabem na história em uma posição, a posição do combate e enfrentamento", finalizou o senador.

Lula reforçou, ainda, que as investigações sobre os atos terroristas que depredaram as sedes dos Três Poderes, no último domingo (8), seguirão. O decreto de intervenção – que deve valer até o dia 31 – segundo Lula, mostra que é preciso "punir quem não respeita a lei". As apurações, segundo ele, devem incluir as torres de transmissão em Rondônia e no Paraná, derrubadas há três dias. As empresas do setor afirmam que há "indícios" de vandalismo e sabotagem.

O presidente criticou a inação que tornou necessária a intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal. "As pessoas que estavam lá não estavam dispostas a sequer conversar, porque eles faziam parte daqueles que estavam praticando vandalismo no Brasil", afirmou.

A declaração de Lula segue na mesma direção do que disse o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, nomeado interventor, que apontou quebra de confiança do governador afastado Ibaneis Rocha (MDB) e do agora ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres. Ex-ministro da pasta no governo de Jair Bolsonaro (PL), Torres também foi acusado de sabotagem.

"Democracia sai fortalecida", diz Alckmin, com "resposta rápida do governo" aos golpistas

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), disse na terça-feira (10) que a resposta do governo federal aos atos golpistas de domingo (8), em Brasília, foi "rápida" e que a democracia brasileira "sai fortalecida" após o episódio.

"A resposta foi extremamente rápida e já foi feita a intervenção na segurança pública do Distrito Federal. Há poucos casos de acampamentos. Os que existiam foram desmobilizados. Acho que a democracia sai fortalecida desse episódio", disse.

Após citar a intervenção federal na segurança do Distrito Federal, além do desmonte dos acampamentos em frente aos quartéis, após ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), Alckmin ressaltou que os ataques criminosos efetuados por seguidores de Jair Bolsonaro acabaram por unir os Três Poderes e as unidades federativas na defesa da democracia.

"Um aspecto importante da federação brasileira, com o presidente Lula recebendo os 27 governadores e o presidente da Frente de Prefeitos, é o de que a democracia é um valor importantíssimo muito ligado à economia. É consolidando a democracia que o ambiente econômico vai melhorar e se fortalecer", observou o vice-presidente, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Alckmin destacou também a necessidade de punição dos golpistas que realizaram os atos terroristas e aos responsáveis por seu financiamento.

"Uma coisa é discordar, outra coisa é querer dar golpe, isso é crime. Experiência mostra que não pode ter impunidade. Não é possível tolerar a destruição", comentou.

Na avaliação dele, por terem aspecto "transitório e passageiro" esses atos não prejudicarão a economia do país.

"Isso é transitório. Os Estados Unidos tiveram a invasão do Capitólio, mas isso não mudou a economia americana. Economia é competitividade. Temos de trabalhar, porque temos muitas oportunidades. Uma delas, que chama muita atenção, é a questão da economia verde, no combate às mudanças climáticas", disse.

"O Brasil vai mudar sua imagem no mundo, de devastador e desmatador da Amazônia para país onde a questão das mudanças climáticas, a transição energética e o compromisso com a descarbonização são centrais. Isso vai atrair muito investimento para o Brasil, porque, se antigamente a questão [para empresas investidoras] era onde produzo bem e mais barato, agora ela é onde produzo bem, mais barato e com compensação de emissão de carbono. As oportunidades são extraordinárias para o Brasil receber mais investimentos", disse.

As declarações de Alckmin ocorreram após a cerimônia de posse da nova diretoria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), agora presidida pelo ex-governador do Acre, Jorge Viana.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços disse que faz parte das prioridades do governo Lula conquistar novos mercados, estimular micro e pequenas empresas, favorecer o desenvolvimento de produtos com valor agregado e inovação.

"Golpistas ficaram isolados e as instituições saíram fortalecidas", diz governador Renato Casagrande

O governador Renato Casagrande (PSB) afirmou neste domingo (15), em entrevista ao Correio Braziliense, que "os golpistas ficaram isolados" e que os atentados do dia 8 de janeiro tiveram como consequência a "unificação de forças antagônicas em torno do valor da democracia brasileira".

Casagrande participou, na segunda-feira (9), da reunião no Palácio do Planalto em que o presidente Lula recebeu representantes dos governos de todas as 27 unidades da Federação, em uma demonstração de união da República contra os ataques terroristas do dia 8. Além dos governadores, estiveram presentes também os representantes do Poder Legislativo e do Judiciário.

"Foi uma reunião com muitos símbolos, forte, com todos os Poderes, com todos os estados presentes, todas as instituições, foi uma reação necessária aos atos violentos que essas instituições sofreram no domingo. Era preciso uma reunião forte, que pudesse demonstrar à população brasileira a unidade das instituições e o trabalho que nós temos que fazer juntos, independentemente das nossas posições políticas, para defender as instituições brasileiras", disse Casagrande.

O governador destacou que "lideranças de diversos partidos, juntas, com o mesmo objetivo de condenar os atos terroristas que destruíram fisicamente sedes de Poderes, mas que, na verdade, foi um ataque forte à democracia brasileira. Os golpistas ficaram isolados por terem ultrapassado a faixa da razoabilidade, e ficaram enfraquecidos, enquanto as instituições se fortaleceram com esse movimento e com essa resposta que foi dada de domingo para segunda-feira".

Casagrande avaliou a reação como "um passo a mais, um amadurecimento da consolidação da nossa democracia". "No golpe de 1964, nossa democracia não sustentou a pressão sobre as instituições. Neste ano, as instituições envergaram, mas não quebraram. Conseguiram resistir aos ataques que estão sofrendo há algum tempo e conseguiram passar por este momento mais duro, que foram os atos de domingo passado", afirmou.

O governador defendeu a unidade em defesa da democracia. "Agora, reunir diferentes pensamentos políticos, de diferentes práticas políticas, lideranças que apoiaram o ex-presidente Bolsonaro, que apoiaram o presidente Lula, que deram apoio a outros candidatos, todos no mesmo ambiente para lutar por uma bandeira única é uma demonstração clara de que a democracia une as pessoas, e é isso que precisa nortear nosso trabalho", argumentou.

Perguntado que mensagem daria para os moradores de seu estado, ele respondeu: "Orai e vigiai (passagem bíblica do Livro de Mateus 26:41)! Vamos orar para que tudo possa correr bem, mas vamos vigiar, porque a democracia exige vigilância permanente".

"Nós não podemos achar que está tudo resolvido. Temos que ficar com nosso nível de inteligência monitorando qualquer manifestação que tenha a prática da violência, a intenção de não aceitar resultado eleitoral, que tenha espírito golpista", completou.

"44 policiais militares foram feridos" pelos terroristas, diz interventor da segurança do DF

O interventor da segurança pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, revelou que 44 policiais foram feridos pelos terroristas durante o ataque ao Palácio do Planalto, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Congresso Nacional no dia 8, domingo.

Cappelli ressaltou que os atos antidemocráticos não foram uma "simples manifestação", mas parte de uma "organização criminosa".

"Temos 44 policiais militares feridos em combate. Eles enfrentaram homens profissionais entre os manifestantes. Pessoas treinadas e preparadas, gente que tinha noção de tática de enfrentamento, gente que tinha luva própria para devolver granada e artefatos e gente que por muito pouco não ceifou a vida de um policial militar", contou Cappelli à TV Globo.

"Um sargento chegou a me dizer que ele tem muitos anos na polícia, mas que foi a primeira vez que teve medo de morrer, porque a intenção deles [golpistas] era matar", continuou.

Imagens das câmeras presas aos uniformes da Polícia Legislativa mostram os bolsonaristas arremessando barras de ferro, extintores de incêndio, bolinhas de metal com estilingues e outros objetos. Durante o confronto, os terroristas também usaram a água dos equipamentos contra incêndios para atacar os policiais.

Moraes diz que não haverá "apaziguamento ignóbil" como houve com o alemão Hitler

Na decisão em que embasou a inclusão de Jair Bolsonaro (PL) no inquérito sobre a autoria dos atos golpistas em Brasília no último dia 8 de janeiro, o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), citou o acordo de Munique, evento em que Inglaterra e França tentaram apaziguar Hitler.

"Em momento tão sensível da Democracia brasileira, em que atos antidemocráticos estão ocorrendo diuturnamente, com ocupação das imediações de prédios militares em todo o país, e em Brasília, não se pode alegar ignorância ou incompetência pela OMISSÃO DOLOSA e CRIMINOSA", diz o documento.

"A omissão das autoridades públicas, além de potencialmente criminosa, é estarrecedora, pois, neste caso, os atos de terrorismo se revelam como verdadeira "tragédia anunciada", pela absoluta publicidade da convocação das manifestações ilegais pelas redes sociais e aplicativos de troca de mensagens, tais como o WhatsApp e Telegram", prossegue Alexandre de Moraes.

"A organização, participação, financiamento e apoiamento a esses acompanhamentos terroristas configura crime passível de imediata prisão em flagrante, uma vez que a lei antiterrorista admite a punição, inclusive, de atos preparatórios".

"A Democracia brasileira não irá mais suportar a ignóbil política de apaziguamento, cujo fracasso foi amplamente demonstrado na tentativa de acordo do então primeiro-ministro inglês Neville Chamberlain com Adolf Hitler", argumentou o ministro do STF na decisão que incluiu Bolsonaro entre os investigados.

"Os agentes públicos (atuais e anteriores) que continuarem a se portar dolosamente dessa maneira, pactuando covardemente com a quebra da Democracia e a instalação de um estado de exceção, serão responsabilizados, pois como ensinava Winston Churchill, "um apaziguador é alguém que alimenta um crocodilo esperando ser o último a ser devorado", disse o ministro.

Anderson, que tinha decreto do golpe em casa, é preso ao desembarcar em Brasília

O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres foi preso na manhã do sábado (14) pela Polícia Federal ao desembarcar em Brasília, vindo dos EUA. Apesar de ter embarcado sem revelar seu sobrenome, a PF já o esperava no aeroporto brasileiro. Ele usou apenas os dois primeiros nomes, Anderson Gustavo.

Ele é acusado de participação no golpe frustrado que terminou com a depredação das sedes dos Três Poderes, na capital federal, em 8 de janeiro. A prisão de Torres foi determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes após os atos terroristas em Brasília.

Em uma operação de busca e apreensão em sua casa quando estava nos Estados Unidos, a Polícia Federal encontrou uma minuta de um decreto, que seria assinado por Bolsonaro decretando o estado de defesa nas instalações do Tribunal Superior Eleitoral para subverter o resultado da eleição presidencial. A Justiça está considerando a minuta como uma prova da preparação de um golpe de Estado.

Torres era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal quando ocorreram a invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Congresso e do STF pelos terroristas que pregavam um golpe para derrubar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Torres desarticulou toda a cúpula da Segurança Pública de Brasília e viajou para os EUA nas vésperas da ação terrorista em Brasília. A suspeita é que Torres tenha agido para facilitar a ação dos terroristas bolsonaristas.

Logo após o vandalismo, Torres tentou se desqueimar chamando os atos antidemocráticos de "execrável episódio".

Bolsonaro usou só metade da verba para combate a enchentes em 2022

Com mais de 500 óbitos em decorrência das chuvas, ano foi um dos mais mortíferos da história brasileira

O governo Bolsonaro usou apenas 51,7% do valor autorizado para programas de proteção e defesa civil entre janeiro e dezembro de 2022, ano com mais mortes provocadas por chuvas no país em dez anos.

Dos R$ 1,77 bilhão para ações de drenagem urbana, prevenção, reabilitação, recuperação de áreas destruídas por excesso de chuvas, foram usados apenas R$ 919,1 milhões em todo o Brasil.

Os dados são de estudo publicado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e foram divulgados pela coluna de Carlos Madeiro, do Uol.

O documento aponta que, ao todo, 313 mil pessoas foram afetadas pelas chuvas em dezembro e provocaram a morte de 33 pessoas. No país, 245 municípios decretaram situação de emergência, 91 deles na Bahia. "A cada ano, os eventos negativos causados pelo excesso de chuvas tornam-se cada vez mais severos em decorrência das mudanças climáticas e também pela intervenção humana, deixando municípios inteiros debaixo d'água", aponta o estudo.

Em maio, foram 120 pessoas mortas em deslizamentos de morros no Grande Recife. Após visitar a região, Bolsonaro disse que havia liberado R$ 1 bilhão para lidar com os estragos, contudo nem mesmo considerando os gastos em todo país esse valor foi alcançado.

De acordo com os estados e municípios, a destruição causou prejuízo de R$ 931,4 milhões, mas o governo Bolsonaro repassou apenas R$ 74,5 milhões, 8% do total. Entre os estados com maiores prejuízos estão: Bahia, com prejuízo de R$ 254,8 milhões; Santa Catarina, com R$ 224,3 milhões de prejuízo; Espírito Santo, com R$ 182,2 milhões; São Paulo, com R$ 147,6 milhões; Rio de Janeiro, R$ 54,2 milhões.

Os setores mais afetados foram o de obras de infraestrutura pública, com prejuízo de R$ 483,3 milhões; setor agrícola, com R$ 122,7 milhões; residências destruídas ou danificadas tiveram prejuízo de R$ 109,5 milhões; instalações públicas de uso comunitário, prejuízo de R$ 45,9 milhões e; comércio, R$ 23,5 milhões de prejuízo.

Segundo a coluna, o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional do governo Lula informou que o valor liberado é menor ainda do que informou a CNM. "De janeiro a dezembro de 2022, [a pasta liberou] cerca de R$ 760 milhões para atender 867 municípios em situação de emergência ou calamidade pública, em decorrência das chuvas, sendo R$ 391,1 milhões para ações de resposta e R$ 369 milhões para ações de reconstrução", disse o Ministério.

Em dezembro foram liberados pela Defesa Civil Nacional R$ 38,8 milhões para ações de resposta e R$ 56,4 milhões para ações de reconstrução em 105 municípios, em todo o país.

Em 2022, Pernambuco teve 128 vítimas de desabamentos e alagamentos

Presidente Lula e a ministra de Ciência e Tecnologia Luciana Santos

Ministra da Ciência e Tecnologia debate com Lula reajuste para as bolsas de pesquisa e extensão

Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) se reuniu na última sexta-feira (13), no Palácio do Planalto, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) para tratar das primeiras ações e iniciativas do MCTI.

De acordo com a ministra, a reunião tratou da recomposição orçamentária do MCTI e da Medida Provisória 1.136/2022, que cortou recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico até 2026, além do reajuste das bolsas de pesquisa do CNPq e da Capes.

"O presidente Lula está convidando alguns ministros para buscar as primeiras ações e iniciativas de determinadas pastas. Nós tratamos da recomposição orçamentária do ministério, na medida em que a ciência vai ter vez no Brasil. Outra iniciativa importante é relacionada ao CNPq e à Capes. Nós estamos fazendo um estudo junto com o ministro da Educação, Camilo Santana, na perspectiva de reajustar as bolsas que estão congeladas há 9 anos", disse Luciana Santos.

A ministra falou, em entrevista à Voz do Brasil, que o programa Futuras Cientistas foi discutido com Lula e que fará parte das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Criado pelo Centro de Tecnologias do Nordeste (Cetene), unidade de pesquisa do MCTI no Recife (PE), o programa, que foi nacionalizado, facilita o acesso de alunas do Ensino Médio às carreiras científicas.

"O resultado é muito positivo: 70% das bolsistas passaram no vestibular e, destas, mais de 80% foram para carreiras de ciência e tecnologia. Um estímulo muito grande às jovens cientistas."

Segundo Luciana, outro programa que pode se tornar nacional é o Embarque Digital. Implantado no Recife, ele promove a participação de jovens em cursos na área de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC). Metade das vagas são ofertadas para negros e pardos, e o desempate é por gênero, ou seja, as jovens têm prioridade na ocupação das vagas.

"Temos um déficit muito grande de oferta de mão de obra na área de TI. Como exemplo, o Porto do Digital do Recife possui 340 empresas e 2,5 mil vagas ofertadas, mas não tem pessoas aptas a ocupar essas vagas. Esse programa oferece cursos de tecnólogo, de nível superior, de 2 anos e meio de duração, e a gente, então, vai formar uma leva de pessoas nessa área tão dinâmica e estratégica que é a TIC", ressaltou.

Trabalhadores da EBC comemoraram fim da gestão bolsonarista e nomeação de jornalista para chefiar a estatal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destituiu na sexta-feira (13) a diretoria da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nomeada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A estatal é responsável pelos veículos de comunicação do governo e decisão foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

A nova presidente da EBC será a jornalista Kariane Costa, que é representante dos empregados no Conselho de Administração da empresa (Consad) e estará à frente do processo de transição para a nova gestão que vai ser implementada nos próximos meses.

"Acaba de sair em edição extra do Diário Oficial da União o início da mudança na gestão da Empresa Brasil de Comunicação. Inicia-se hoje uma transição, que resultará no fortalecimento da comunicação pública, na valorização dos empregados e no aprimoramento da governança", declarou pelo Twitter o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo Pimenta.

Pimenta indicou também para atuar no processo de transição na EBC outras quatro mulheres, que assumirão cargos de assessoria ou gerências: Rita Freire, presidente do Conselho Curador da EBC, cargo cassado após o impeachment da ex-presidente Dima Rousseff; Juliana Cézar Nunes, empregada concursada da empresa; e as jornalistas Nicole Briones e Flávia Filipini.

"Vemos como uma conquista da luta dos trabalhadores (a indicação de Kariane), disse ao HP Nilton de Martins, radialista e membro da Comissão de Empregados da EBC. "Antes mesmo da Kariane assumir, já havíamos mandado uma pauta ao Pimenta" (Paulo Pimenta, ministro da Secom), com reivindicações.

"A nomeação da Kariane, ainda que de forma interina, é um importante ponto de apoio para nossa luta de reconstrução da EBC, com valorização profissional, destacando os pontos da carta que entregamos ao Ministro da Secom, Paulo Pimenta", completou Martins.

O documento foi entregue ao ministro por ocasião da visita dele à sede da empresa, em Brasília, no dia 4 de janeiro. Os trabalhadores reivindicavam a renovação total da diretoria executiva da empresa e outros cargos comissionados responsáveis por "aplicar as diretrizes dos governos Bolsonaro e Temer que demoliram as principais bases institucionais da empresa como o seu caráter público e o seu corpo funcional [...]", informa o documento.

Segundo os funcionários, "[...] usando como métodos assédio moral, censura e intimidação dos trabalhadores concursados bem como orientando à propagação de negacionismo científico e uso desta máquina para propagação de fake News", denuncia o texto.

No decreto foram destituídos de seus cargos na empresa de comunicação pública o presidente Glen Lopes Valente, o diretor-geral Roni Baksys Pinto e os diretores de Jornalismo, Sirlei Batista, de Administração Finanças e Pessoas, Márcio Kazuaki Fusissava, e de Operações Engenharia e Tecnologia, Pedro Marcos Boszczovski. O diretor de Conteúdo e Programação, Denilson Morales da Silva, que é empregado de carreira da EBC, continua no cargo.

"A composição do processo de transição, reunindo empregados concursados da empresa, mas também representantes da sociedade e profissionais da área, mostra nosso compromisso com a comunicação pública e com a integridade e o fortalecimento da EBC", disse o ministro Paulo Pimenta.

Jornalista Kariane Costa assumirá a gestão do grupo

Um dos autores da bomba terrorista em Brasília foi assessor de Damares

O cearense Wellington Macedo de Souza, de 47 anos, terceiro envolvido na preparação de um ataque a bomba em Brasília, em dezembro do ano passado, trabalhou diretamente com a senadora Damares Alves (Republicanos) no Ministério dos Direitos Humanos, no início do governo de Jair Bolsonaro. Ele foi assessor da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e ganhava um salário de R$ 10 mil.

De acordo com a denúncia do Ministério Público do Distrito Federal, Macedo e outros dois envolvidos na explosão da bomba nos arredores do aeroporto foi aceita pelo Tribunal de Justiça neste domingo. O trio foi identificado após a prisão de George Washington de Oliveira Sousa. Ele admitiu, em depoimento, ter participado de um plano para provocar as Forças Armadas a decretarem "estado de sítio" e realizarem uma intervenção militar, o que é inconstitucional.

Segundo a denúncia, Sousa, Alan Diego dos Santos e Macedo montaram o artefato e entregaram o material para que fosse colocado no caminhão de combustível pelo jornalista. Os réus responderão pelo crime de explosão, quando se expõem "a perigo a vida e a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos". A pena é de três a seis anos de prisão e pagamento de multa.

O jornalista estava em prisão domiciliar e é considerado foragido após retirar, de forma ilegal, a tornozeleira eletrônica que usava. Ele já havia sido preso pela Polícia Federal em setembro de 2021, suspeito de articular e financiar um ato antidemocrático no dia 7 de setembro daquele ano. Em outubro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou a soltura de Macedo. Moraes entendeu que não havia mais justificativa para a manutenção da prisão, uma vez que a data do ato já havia passado. O ministro, então, determinou que o acusado ficasse em prisão domiciliar, com uma tornozeleira eletrônica.

Ministro é contrário à insistência do governador de SP, Tarcísio de Freitas, de privatizar o Porto de Santos

'Privatização de portos não deu certo em nenhum lugar no mundo', diz Márcio França

A proposta de privatizar o controle do Porto de Santos foi criticada pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, no momento em que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tenta emplacar a entrega do principal porto do país à iniciativa privada.

França é contrário à privatização ou à concessão da gestão do porto a um grupo privado. Ele afirma que entregar a autoridade portuária à iniciativa privada é uma "jabuticaba brasileira". "Ninguém no mundo faz isso. Só existe um caso, na Austrália, e não deu certo. Esse debate está superado. O brasileiro já decidiu na eleição que não quer privatização".

Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, principal responsável pelo PPI (Programa de Parcerias e Investimentos) do governo Lula, afirma que nada está descartado.

O debate foi reaquecido nesta quarta-feira, quando a privatização do porto foi tema de reunião entre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto.

"Tarcísio não me procurou, mas estou à disposição dele. Diferente deles, do grupo que era Jair Bolsonaro, nós não temos problema de ouvir outras opiniões, agora nós temos a nossa. Não se vende autoridades públicas", disse Márcio França.

A defesa da privatização do porto foi um dos principais assuntos da reunião. Rui Costa e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além do secretário da Casa Civil de São Paulo, Gilberto Kassab, estavam na reunião.

Tarcísio pediu a Lula que considerasse levar adiante a entrega do porto à iniciativa privada. O modelo de privatização foi desenhado pela equipe de Tarcísio quando ele ocupava o Ministério da Infraestrutura do governo Bolsonaro. A modelagem, nesse momento, está em análise pelo Tribunal de Contas da União, uma das últimas etapas antes do leilão.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já havia interrompido o processo de privatização do porto santista com três pedidos de vista, dos ministros Walton Alencar, Benjamin Zymler e Vital do Rêgo, em plenária de 13 de dezembro.

Os ministros questionam pontos conceituais, estratégicos e de política pública: "Por que privatizar se está dando lucro?", indagou o ministro Benjamin. E foi além: "Por que privatizar, se em outros países administrações portuárias são públicas?".

Márcio França disse que está aberto ao diálogo, porém, descarta a privatização da gestão portuária. "O que estamos discutindo é o canal e a autoridade. O canal estamos dispostos a discutir com concessionários alternativas mais rápidas e objetivas. A autoridade nós não vamos privatizar", reforçou.

O ministro de Portos e Aeroportos ainda destacou que a privatização ficou superada no processo eleitoral. "Havia duas visões de formato no Brasil, uma foi derrotada e outra foi vitoriosa", em referência à disputa entre Lula e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Quatro anos eles estão tentando fazer e privatizaram a autoridade só do Espírito Santo, que é um porto pequeno, perto do de Santos. Na minha visão, não é o modelo mais ágil", afirmou, defendendo que, no caso da gestão atual, faria a concessão em menos de 20% do tempo do que demoraria o outro.

PORQUE PRIVATIZAR SE DÁ LUCRO?

Os resultados do Porto de Santos em 2022 provam que não há justificativa para a privatização. Ele movimentou 162,4 milhões de toneladas de carga o ano passado. Em relação a 2021, o resultado apresentou um crescimento de 10,5%. Os embarques avançaram 15,1%, chegando a 118,7 milhões de toneladas, e os desembarques totalizaram 43,7 milhões de toneladas. Trata-se do recorde de movimentação de cargas em só um ano no complexo portuário santista.

"Para 2023, a expectativa é de movimentação de cerca de 167 milhões de toneladas de cargas operadas no Porto de Santos", estima Fernando Biral, diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA). "Os números mostram que a gestão está no caminho certo e as ações da SPA refletem nos resultados alcançados. Os recordes estão alinhados ao nosso planejamento, mesmo em um cenário de pandemia e de guerra na Europa, deixando o futuro encaminhado para que o Porto abarque os desafios da região e do País".

Servidores expõem caos no INSS e reivindicam concurso público

Funcionários do INSS se reuniram com o ministro da Previdência, Carlos Lupi, para debater fila de espera para atendimento

Nesta segunda-feira (9), os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), representados pela Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), se reuniram com o ministro da Previdência, Carlos Lupi, para debater a situação do órgão, as reivindicações dos funcionários e as medidas urgentes necessárias para o atendimento à população.

De acordo com os representantes da Fenasps, a situação do INSS está caótica, com problemas que vão desde a falta de servidores, agências sucateadas a acordos de greve não cumpridos.

Os representantes da Fenasps lembraram que há um déficit de 23 mil servidores, ocasionando uma fila de milhões de beneficiários à espera do seu direito, que não foi resolvida com a "automatização" implantada no governo anterior. Muito pelo contrário, além de não atender a demanda, muitos segurados tiveram benefícios negados ilegalmente por falta de análise de um funcionário público.

A entidade também reforça a necessidade dos atendimentos presenciais nas agências da Previdência Social, levando em conta que há uma demanda considerável de pessoas que não têm acesso aos canais remotos de atendimento. "A política do Governo Bolsonaro de implementar a digitalização dos serviços do INSS não teve a perspectiva de ampliação dos canais de atendimento à população, mas sim de restringir e criar barreiras de acesso à Previdência Social", diz a entidade.

Lupi ressaltou que é contra a terceirização, mas que inicialmente tem como estratégia para resolução das filas do INSS a realização de convênios com estados e municípios.

A Fenasps ressaltou que "não existe solução fácil para o problema. A ampliação dos acordos de cooperação técnica e a possibilidade de novos acordos com estados e municípios não iriam resolvê-lo, já que seria apenas uma medida paliativa. Foi destacada a necessidade contratação de servidores mediante concurso público para sanear os graves problemas estruturais do Instituto".

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Os servidores denunciaram ainda a precarização das condições de trabalho, com jornada de até 15 horas diárias. "A alteração da jornada de trabalho em 2020 foi realizada a toque de caixa sem nenhum planejamento prévio e não representou melhorias significativas de produtividade, mas pelo contrário, piorou as condições de trabalho e aprofundou o adoecimento dos servidores", enfatizou a Fenasps.

Para a Federação, é possível a retomada do atendimento presencial, com a jornada de 6 horas para os servidores lotados nas agências, em regime de turnos, sem que haja custo adicional para o governo.

A entidade ressalta também que há uma grave distorção salarial entre os servidores do INSS, que sofreram com congelamento dos salários nos anos de governo Bolsonaro e possuem o salário base inferior ao salário mínimo. Essa diferença, segundo a entidade, será de aproximadamente 20%, considerando o valor de R$ 1.320,00 para o mínimo em 2023.

A Federação avaliou que o Lupi se mostrou sensível às pautas apresentadas e afirmou que o governo está em processo de organização do Ministério. O ministro propôs realizar reuniões periódicas com os representantes da Fenasps para avanço das pautas, com a próxima reunião em 15 dias.

A entidade afirmou que vai priorizar todas as pautas do acordo de greve assinado em 2022, que não foi cumprido integralmente. "A derrota do governo Bolsonaro foi muito importante para dentro do Estado Democrático de Direito, para que se restabeleça um processo de negociação que leve a um avanço concreto nas pautas", concluiu a entidade em nota.

Divulgação

CGU orienta punição a funcionários públicos que participaram de atos de vandalismo no Distrito Federal

A Controladoria-Geral da União (CGU) recomendou que servidores públicos federais que forem identificados como participantes dos ataques terroristas aos Três Poderes, no domingo (8), serão punidos e perderão seus cargos.

Conforme as palavras do ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, "atos de tentativa de aniquilamento do Estado Democrático de Direito no Brasil são atentado à moralidade administrativa, ao patrimônio público, e devem ser punidos com o rigor da legislação".

Já na noite de segunda-feira (9), o ministro informou que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal foram orientados a instaurar procedimentos administrativos para "apurar e punir exemplarmente servidores públicos federais" que tenham participado dos atos, alertando que eles poderão ser demitidos por lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional.

"Nós temos aqui uma situação muito grave do ponto de vista do impacto sobre símbolos do Estado brasileiro, sobre a própria simbologia da nossa Constituição e aos Poderes da República, que dificilmente são mensuráveis do ponto de vista patrimonial", disse o ministro em entrevista à CNN.

Vinícius de Carvalho afirmou ainda que além dos danos materiais, "há uma dimensão imaterial do que aconteceu". "O que aconteceu ontem não é só mensurável do ponto de vista do prejuízo patrimonial da União", disse.

O ministro informou que "denúncias de servidores públicos federais também podem chegar diretamente à CGU, e nós vamos cruzar essas informações que chegarem para nós com as informações que podem vir da polícia e, aí, se identificadas essas pessoas, elas obviamente vão ser punidas, podendo, inclusive, perder seus cargos como servidores públicos", disse.

Valter Campanato/Agência Brasil

Presidente da Caixa reforça compromisso do banco "com a reconstrução do país"

Após uma gestão tumultuada na Caixa Econômica Federal durante os últimos quatro anos, com escândalo de assédio sexual e moral promovido pelo indicado de Bolsonaro, Pedro Guimarães, a servidora de carreira Rita Serrano tomou posse como a nova presidente do banco afirmando que "a gestão pelo medo na Caixa acabou".

Durante a posse, na quinta-feira (12), a indicada de Lula afirmou também que "agora é a hora de voltar a cuidar do Brasil e do povo brasileiro", citando o discurso de posse do presidente Lula. "A nova Caixa nasce com esse espírito e esse compromisso com a reconstrução do país e a melhoria da qualidade de vida da população", disse.

Ela enumerou alguns pontos que norteará a sua gestão, como cumprir com excelência o gerenciamento dos programas de transferência de renda do governo e do Minha Casa Minha Vida; ampliar a parceria com estados e municípios para desenvolvimento dos projetos de infraestrutura; promover a inclusão bancária da população; avançar em tecnologia para oferecer melhores serviços e atendimento ao cliente; buscar a rentabilidade do negócio com "equilíbrio entre as operações comerciais e as ações de inclusão"; investir em projetos culturais; e atuar em temas relacionados às questões de sustentabilidade e humanização das relações de trabalho.

A posse de Serrano aconteceu no dia em que a Caixa completou 162 anos e contou com as presenças do presidente Lula, da primeira-dama, Janja da Silva, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e de cinco ex-presidentes da instituição.

Em seu discurso, Lula falou do papel que a Caixa Econômica deve exercer, de "bancarizar a massa pobre", além de tocar os programas sociais e os investimentos em infraestrutura. "A Caixa tem uma participação extraordinária. Eu pude saber a força extraordinária da Caixa ao financiar as casas", disse Lula.

Rita Serrano é de Santo André (SP) e está na Caixa Econômica Federal há 33 anos, onde já ocupou diversos cargos. Desde 2017, ocupava assento no Conselho de Administração do banco, eleita pelos funcionários.

Riachuelo encerra produção no Ceará e demite 2 mil funcionários

Dois mil funcionários da fábrica Guararapes, no Ceará, controladora das lojas Riachuelo, foram demitidos esta semana. A empresa anunciou, na terça-feira (10), que encerrou sua produção em Fortaleza, que será transferida para Natal (RN).

Essa era a última das três fábricas do Grupo Guararapes na capital cearense que continuava em funcionamento. As outras duas foram fechadas em junho e em fevereiro do ano passado, totalizando, nos últimos 12 meses, cerca de 6 mil demissões, dizem funcionários da gestão. As fábricas de Fortaleza somavam 9.800 m² de área construída.

As lojas Riachuelo no Ceará, no entanto, continuam em funcionamento.

No comunicado ao mercado, o grupo empresarial afirma que a decisão faz parte do planejamento estratégico, "com foco em otimizar a operação fabril para intensificar a reatividade, eficiência e competitividade, aliado a um crescimento sustentável".

A crise econômica do país nos últimos anos, com inflação alta e juros elevados, já vinha afetando o grupo varejista – que busca um sócio – desde o ano passado, com redução de lucro trimestre após trimestre, com o último balanço, em setembro, registrando queda de 56,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

No comunicado à imprensa, a companhia afirma que foram oferecidos a todos "a extensão do plano de saúde pelo dobro do aviso prévio e o valor de meio piso salarial". "As máquinas de costura industrial foram doadas às costureiras e aos demais foi fornecido um adicional de mais um salário", diz a nota.

HP CHARGE DO ÉTON

Após 4 anos de arrocho, servidores federais retomam campanha salarial

Os servidores do Executivo Federal se reuniram nesta quarta-feira (11) e aprovaram a retomada da campanha salarial do funcionalismo, iniciada no ano passado, mas que terminou sem qualquer reajuste.

Além da reparação das perdas acumuladas nos últimos anos, que chegam a 27%, as entidades reivindicam tratamento isonômico entre os poderes. "Emergencialmente, temos que garantir o encaminhamento da pauta dos servidores do Executivo, pois Judiciário, Legislativo e MPU já têm leis próprias de recomposição, com pagamentos programados para fevereiro", pontuou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

A categoria defende uma recomposição emergencial com o envio imediato de medida provisória ao Congresso Nacional, sem prejuízo da instalação da mesa de negociação no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos para tratar questões gerais e outras específicas de cada carreira.

Durante os 4 anos de governo Bolsonaro nenhum reajuste foi concedido ao funcionalismo, sendo o primeiro mandato desde a ditadura militar a não repor as perdas salariais da categoria em nenhum dos anos de gestão.

Entre as ações aprovadas pelos servidores está um ato a ser realizado em todo o país no próximo dia 31 de janeiro.

Rechaço a ataque de Netanyahu ao Judiciário reúne 80 mil em Tel Aviv

Universitários por todo o Israel também se manifestam contra tentativa de Netanyahu e seu séquito de suprimir o Judiciário do país

Jack Guez/ AFP

Multidão enfrenta chuva em Tel Aviv para dizer não ao governo fascista

Cerca de 80.000 pessoas, mesmo enfrentando forte chuva, se reuniram na praça do Teatro Habima, centro de Tel Aviv, para protestar contra a ameaça do governo de Bibi Netanyahu, que acaba de voltar a exercer o cargo de primeiro-ministro, desta vez à frente da coalizão mais racista e fascista desde a implantação de Israel.

Ao mesmo tempo em que o ato acontecia, na noite de sábado (14), manifestações de milhares de pessoas ocorriam em Jerusalém e Haifa. Os atos acontecem pela segunda semana consecutiva, para denunciar o plano do atual ministro da Justiça, Yariv Levin, de desqualificação da Suprema Corte de Israel, que pode – caso aprovada a lei Levin – ter qualquer sentença derrubada por maioria de um voto no Knesset, parlamento israelense.

Mudanças na formação da Comissão Parlamentar (que até aqui conta com integrantes da oposição por força de lei) também facilitam a indicação de juízes afinados com a maioria fascista hoje no comando do regime israelense.

A polícia deixou de atender à orientação do atual ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben Gvir, de levar brucutus com canhões de água para a praça do Habima e o protesto transcorreu com tranquilidade, até que um grupo de fascistas, já no final do ato fez provocações contra os manifestantes.

"Só Ben Gvir!", gritaram os fascistas ao que uma senhora idosa, presente ao ato, respondeu: "Estúpidos!".

A polícia não cedeu às provocações de Gvir que – em uma inversão da verdade – disse que o ato convocado pela oposição em Tel Aviv trazia "grave dano à democracia".

A ex-presidente da Suprema Corte, Ayala Procaccia, discursou no ato, destacando que "um país onde os juízes se sentem na necessidade de se manifestarem nas ruas, é um país onde todas as linhas vermelhas foram ultrapassadas". Ayala se referia ao ato que reuniu, dias antes, diante da Corte Distrital de Tel Aviv, centenas de juízes, procuradores e advogados para denunciarem a lei que aplasta o Judiciário.

A ex-ministra da Justiça, Tzipi Livni, também se dirigiu à multidão para defender que a maioria eleitoral obtida pela coalizão fascista não lhe dá o direito de "destruir a própria democracia".

Ela denunciou que o governo de ultradireita "está tomando o país de assalto e desencadeando uma guerra contra as instituições democráticas".

Tzipi prosseguiu alertando que "há veneno derramado, mentiras proferidas, difamações, tachano de 'inimigo' todo aquele que ousa pensar diferente. Eles fazem de tudo para arruinar nossa sociedade, enfraquecê-la antes de um grande ataque".

"Eles podem nos ameaçar, nos mostrar algemas, mas nós não temos medo", declarou Tzipi.

O ex-ministro da Defesa e atual deputado oposicionista, general Benny Gantz, a quem Gvir ameaçou de prisão e Almog pediu que fosse "levado sob algemas", Discursou: "Vamos protestar no Knesset [parlamento] e nas ruas. Vamos usar todos os meios legais para impedir o golpe".

ATOS NAS UNIVERVIDADES

Nesta segunda-feira, houve manifestações de estudantes na Universidade Hebraica de Jerusalém, na Universidade de Tel Aviv, na Universidade de Haifa e na de Beer Sheva.

Entre as faixas portadas pelos manifestantes, algumas com os dizeres de: "Não vamos permitir que o Judiciário sucumba" e "Separação de poderes para proteger direitos".

Os atos atenderam à convocação por um grupo de estudantes afirmando: "Nós, estudantes, não estamos dispostos a ficar calados diante da perigosa liquidação da justiça. Democracia não é uma palavra vazia de conteúdo, mas um fundamento pelo qual se deve lutar. Esta é uma luta comprometida com o nosso futuro e contra um governo que ameaça acabar com a democracia e implantar uma tirania e seguir adiante, sem freios ou limites, em sua vontade de danificar a liberdade dos muitos agrupamentos que compõem a sociedade israelense".

"Estamos determinados a deter essa loucura, isso é só o começo", conclui a convocatória estudantil.

Juízes vão às ruas contra a ameaça de supressão do Judiciário de Israel

Centenas de advogados, juízes aposentados, trabalhadores do judiciário se reuniram na quinta-feira (12) para repudiar o plano do governo de extrema direita, encabeçado por Netanyahu, de destruir o sistema judicial de Israel.

O principal ato se deu em Tel Aviv, mas houve manifestações também em Jerusalém e Haifa. Durante as manifestações, trabalhadores do judiciário realizaram uma paralisação de uma hora.

"Estão destruindo o Estado", dizia uma das faixas, além de dezenas de b andeiras israelenses.

"A questão vai além do mero debate político, a âncora é sempre o caráter democrático do Estado. Uma vez que uma 'reforma' desmonta a separação de poderes e prejudica a autoridade que nos protege, temos que soar o alarme. Temos que ficar em alerta", afirma a advogada Nir Alfasa, presente à manifestação.

"Estão tentando destruir o trabalho de toda a vida dos meus país por um Estado. Não vou permitir que tenham sucesso", afirma o advogado Ofer Bartel.

O protesto dos integrantes do judiciário israelense é contra o plano apresentado pelo ministro da Justiça do recém-empossado governo de ultradireita de Netanyahu e Ben Gvir inclui uma assim denominada 'cláusula de sobreposição' que permite ao governo anular determinações da Suprema Corte do país por uma maioria de um voto no parlamento, o Knesset.

A demonstração desta quinta vem logo após uma carta aberta assinada por todos os procuradores gerais se declarando 'chocados" e denunciando que a coalizão no poder "ameaça destruir o sistema jurídico".

Segundo o projeto apresentado por Yair Levin com acréscimos pelo deputado do extremista "Sionismo Religioso", Simcha Rothman, também tira poderes de assessores legais lotados nos ministérios israelenses, atualmente com poderes de acionar os ministros junto a Procuradoria quando estes ultrapassem os limites da lei. Pelo novo projeto, estes supervisores passariam a ter apenas o papel decorativo de aconselhar os ministros, ficando proibidos de denunciá-los.

Os manifestantes esclarecem que a investida tira dos cidadãos israelenses a cobertura dada pela possibilidade de recurso ao Judiciário contra leis ou proposições parlamentares que firam direitos, por exemplo, das mulheres, da minoria árabe, dos seculares atingidos por leis religiosas.

Ainda que o sistema judicial israelense sofra do mal de origem por corroborar com a ocupação da Palestina e ter silenciado contra a limpeza étnica que tornou em maioria a então minoria judaica de 1948, ou convive com a chamada "Lei do Retorno" que privilegia judeus e proíbe palestinos expulsos e refugiados de voltarem a sua terra natal ou de seus ancestrais, sua destruição coloca em xeque os resquícios de democracia que sistema de apartheid de Israel ainda consegue preservar.

Como denuncia a presidente da Corte Suprema de Israel, Esther Hayut, o plano de governo de Netanyahu vai "estilhaçar o sistema judiciário e é, de fato um ataque sem freios a ele".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Manifestação em NY exige 'fim da Otan' e 'recursos para empregos, não para guerra'

People Forum

"Fim à Otan", cobram cartazes em Manhattan

Milhares de pessoas se concentraram no Times Square, no centro de Manhattan, em Nova Iorque, no sábado (14), para recordar a dedicação e o legado de Martin Luther King – cuja data de nascimento é 15 de janeiro – e exigir investimentos nas áreas sociais para atender a milhões de necessitados. Nas faixas e cartazes, o clamor para que as verbas sejam aplicadas na geração de empregos e no fortalecimento da educação, e que parem de ser torradas nas remessas para a indústria da guerra dos Estados Unidos, da Otan e da União Europeia na Ucrânia.

Recordando o compromisso humanista de Martin Luther King, e sua trajetória "contra o militarismo, o racismo e a pobreza" – que considerava os três males da sociedade estadunidense -, os manifestantes cobraram o fim da política intervencionista de Washington, a dissolução da Otan e a eliminação de medidas restritivas e imposições a Cuba e outros estados soberanos.

Conforme o representante nacional da Coalizão Answer (Resposta), Brian Becker, décadas da política governamental adotada por sucessivos governos da Casa Branca fizeram com que o confronto na Ucrânia se tornasse inevitável.

Em relação às causas dos enfrentamentos entre esse país e a Rússia, que desde fevereiro de 2022 desenvolve ali uma operação militar especial para proteger a população do Donbass e desnazificar o regime de Kiev, o ativista assinalou que "a expansão da Otan no leste europeu, a afronta estadunidense aos principais tratados de controle de armamento e a perspectiva de que a Ucrânia seja uma base de operações para os sistemas avançados de armamento da Otan prepararam o terreno para o conflito".

O fato, sublinhou Brian Becker, é que "os Estados Unidos estão gastando 65 bilhões de dólares extras para financiar a guerra na Ucrânia, enquanto há um milhão de sem-teto na América, enquanto nossas escolas são subfinanciadas e muitas pessoas estão indo à falência porque não podem pagar as contas dos médicos".

O evento organizado pela Answer Coalition e pelo The People's, contou com o apoio de entidades e movimentos como os Veteranos pela Paz, Coalizão Paz na Ucrânia, Partido Socialismo e Libertação e Coalizão Nacional Anti-Guerra.

Governadores peruanos exigem saída da presidente Dina: "Renúncia já!"

Reprodução

Manifestação contra Dina ocupou o centro de Lima

Há pouco mais de um mês da destituição do presidente Pedro Castillo, o novo governo de Dina Boluarte já causou a morte de meia centena de pessoas – quase na totalidade por armas de fogo – provocando uma onda de protestos que se alastra por todo o Peru pelo fim da carnificina e por democracia.

Nesta quinta-feira (13), os governadores dos departamentos [Estados] de Puno, Apurímac e Cusco exigiram a "renúncia imediata" da presidente – frente à truculência com que vem reprimindo a todos aqueles que propõem a sua saída -, o afastamento da mesa diretora do Congresso, eleições livres e uma Assembleia Constituinte para varrer o entulho autoritário e privatista deixado pelo regime de Alberto Fujimori-Montesinos (1990-2000).

O pronunciamento dos governadores ocorreu após o massacre realizado na última segunda-feira (9) em Juliaca, na região de Puno, em que 19 pessoas foram assassinadas e 73 ficaram feridas próximas ao aeroporto da cidade.

Na terça-feira (10), o governador de Puno, Richard Hancco Soncco, e os prefeitos do departamento emitiram um comunicado conjunto onde condenaram a repressão, se somando à exigência da população pela saída da atual mandatária. "Exigimos a renúncia imediata de Dina Boluarte da Presidência da República e a pronta convocação de eleições em nível nacional, considerando que é esse o clamor da totalidade do povo", apontou o documento.

Na quinta-feira (12), o governador de Apurímac, Percy Godoy Medina, ressaltou que "o clamor e as propostas de luta do povo mobilizado devem ser escutados pela tranquilidade e a paz social do povo peruano".

"No marco deste cenário crítico, a senhora Dina Boluarte deve renunciar ao cargo de presidente", se uniu o governador de Cusco, Wener Salcedo Álvarez. Respaldando a posição de Álvarez, o Conselho Regional asseverou que, além do imediato afastamento, é necessária a dissolução do Congresso e a realização de um processo constituinte.

MINISTRO RENUNCIA

Condenando a brutalidade da repressão desencadeada pela Polícia Nacional do Peru (PNP) e pelas Forças Armadas (FA), utilizadas pelo governo para tentar conter o clamor popular, o ministro do Trabalho, Eduardo García apresentou sua carta de renúncia. "Testemunhamos um grande número de protestos em diferentes regiões do país, com diferentes bandeiras políticas, mas sabíamos que por trás deles também estavam demandas sociais há muito ignoradas", disse.

Para Eduardo García "é preciso pedir desculpas à população e reconhecer que foram cometidos erros que devem ser corrigidos para que isso não volte a acontecer". Além disso, garantiu que a gravidade da situação justifica uma eleição antecipada, mas não para abril de 2024, pois o país não pode esperar até essa data.

Nas ruas de Lima, comandados pelos movimentos sociais e partidos oposicionistas, milhares de manifestantes foram até a Praça San Martin na noite de quinta-feira (12) para reforçar a solidariedade aos caídos e bradar: "Dina assassina, o povo te repudia".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

NHS

Trabalhadores da Saúde mobilizados

Enfermeiros ingleses param contra o arrocho salarial e a sobrecarga de trabalho

Cerca de 25 mil enfermeiros entraram em greve, inclusive levando à paralisação as ambulâncias da Inglaterra e no País de Gales, nesta quarta-feira (11), contra o arrocho salarial – diante da inflação recorde que assola o Reino Unido – e a sobrecarga de trabalho devido à falta de pessoal médico. As entidades representativas assinalaram que somente vão atender pacientes quando houver "risco imediato de vida" e responsabilizou o governo pelo irresponsável desleixo com a saúde pública.

Conforme admitiu o governo do Reino Unido, a greve impactou "inevitavelmente" os serviços, restritos às chamadas mais urgentes, enquanto os demais usuários necessitarão se deslocar por conta própria até hospitais e clínicas.

Escalonada durante um período de 24 horas, a suspensão das atividades inclui paramédicos, atendentes de chamadas, motoristas e técnicos de saúde dos sindicatos Unison e GMB. Ficou acordado que os trabalhadores não farão greve por mais de 12 horas cada, e os atendentes de chamadas estão se afastando por períodos rotativos de seis horas, a fim de não comprometer ainda mais a situação dos serviços.

As entidades sindicais alertam que o deslocamento "muito mais lento" das ambulâncias tem o propósito de defender o poder de compra dos salários. Além disso, denunciam, que milhares de profissionais da saúde estão enfrentando, com carência de pessoal, o stress adicional em unidades que já se encontram sob pressão, diante do crescimento de casos de Covid e de gripe.

Os pacientes estão sendo orientados pelos trabalhadores para ligarem para o 999 quando há emergências com risco de vida, mas usarem o 111 para os serviços não-urgentes, defendendo que as pessoas busquem aconselhamento médico antes de se deslocarem.

As respostas das ambulâncias são divididas em categorias, sendo a categoria um a mais ameaçadora à vida, como paradas cardíacas, enquanto a categoria dois abrange condições como derrames e casos de maternidade.

De última hora, o governo falou em "planos de contingência, incluindo o apoio dos militares, socorristas da comunidade e atendentes de chamadas extras, para mitigar os riscos à segurança do paciente", mas não admitiu em nenhum momento a necessidade do reajuste salarial ou da contratação de novos profissionais.

NEGOCIAÇÕES FRACASSAM

A greve foi convocada pelos sindicatos após as negociações com o ministro da saúde britânico, Stephen Barclay, terem falhado na segunda-feira (9). A primeira onda de paralisações já havia ocorrido em dezembro, com o governo também deixando de lado o diálogo com os profissionais.Cerca de 25 mil enfermeiros entraram em greve, inclusive levando à paralisação as ambulâncias da Inglaterra e no País de Gales, nesta quarta-feira (11), contra o arrocho salarial – diante da inflação recorde que assola o Reino Unido – e a sobrecarga de trabalho devido à falta de pessoal médico. As entidades representativas assinalaram que somente vão atender pacientes quando houver "risco imediato de vida" e responsabilizou o governo pelo irresponsável desleixo com a saúde pública.

Conforme admitiu o governo do Reino Unido, a greve impactou "inevitavelmente" os serviços, restritos às chamadas mais urgentes, enquanto os demais usuários necessitarão se deslocar por conta própria até hospitais e clínicas.

Escalonada durante um período de 24 horas, a suspensão das atividades inclui paramédicos, atendentes de chamadas, motoristas e técnicos de saúde dos sindicatos Unison e GMB. Ficou acordado que os trabalhadores não farão greve por mais de 12 horas cada, e os atendentes de chamadas estão se afastando por períodos rotativos de seis horas, a fim de não comprometer ainda mais a situação dos serviços.

As entidades sindicais alertam que o deslocamento "muito mais lento" das ambulâncias tem o propósito de defender o poder de compra dos salários. Além disso, denunciam, que milhares de profissionais da saúde estão enfrentando, com carência de pessoal, o stress adicional em unidades que já se encontram sob pressão, diante do crescimento de casos de Covid e de gripe.

Os pacientes estão sendo orientados pelos trabalhadores para ligarem para o 999 quando há emergências com risco de vida, mas usarem o 111 para os serviços não-urgentes, defendendo que as pessoas busquem aconselhamento médico antes de se deslocarem.

As respostas das ambulâncias são divididas em categorias, sendo a categoria um a mais ameaçadora à vida, como paradas cardíacas, enquanto a categoria dois abrange condições como derrames e casos de maternidade.

De última hora, o governo falou em "planos de contingência, incluindo o apoio dos militares, socorristas da comunidade e atendentes de chamadas extras, para mitigar os riscos à segurança do paciente", mas não admitiu em nenhum momento a necessidade do reajuste salarial ou da contratação de novos profissionais.

A greve foi convocada pelos sindicatos após as negociações com o ministro da saúde britânico, Stephen Barclay, terem falhado na segunda-feira (9). A primeira onda de paralisações já havia ocorrido em dezembro, com o governo também deixando de lado o diálogo com os profissionais.

Mapa do espaço aéreo dos EUA com grande redução de movimento

Caos aéreo nos EUA: pane impede 10 mil decolagens

Pane no sistema de notificações de voos civis nos EUA na noite de terça-feira, que se propagou em cascata, levou as autoridades norte-americanas a ordenarem a interrupção de todas as decolagens, causando nesta quarta-feira (11) milhares de voos em atraso ou cancelados. A suspensão vigorou entre 9h30 e 10h50 (horário de Brasília).

A Administração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês)) disse que estava "investigando" o que fez o sistema colapsar. Também foram afetados voos internacionais saindo de aeroportos norte-americanos. Os voos que já estavam no ar não tiveram problemas para pousar. A interrupção nas decolagens foi sendo "gradualmente retomados" no país inteiro, segundo o New York Times.

"As operações normais de tráfego aéreo estão sendo retomadas gradualmente nos EUA após uma interrupção noturna do sistema de Aviso aos Aeronavegantes [Notam], que fornece informações de segurança às tripulações de voo. O bloqueio de decolagem foi retirado. Continuamos a investigar a causa do problema inicial", disse a FAA.

O Notam é um sistema internacional de mensagens que informa aos pilotos qualquer alteração ou risco para a navegação aérea, de pistas interditadas a risco de congelamento e até fechamento de espaço aéreo.

O secretário de Transportes, Pete Buttigieg, confirmou no Twitter que o "sistema de segurança afetado pela interrupção noturna está totalmente restaurado" e que os esforços estavam em andamento para determinar o que causou a interrupção.

Uma manhã de caos nos aeroportos norte-americanos. O site Flight Aware, que monitora o tráfego aéreo pelo mundo, registrou que 10 mil voos foram afetados até 10:50 no horário de Brasília. Na sequência, voos saindo de aeroportos europeus com destino aos EUA ficaram várias horas atrasados.

Segundo a Casa Branca, não há evidências de um ataque cibernético por trás da interrupção que arruinou os planos de viagem de milhões de passageiros. O presidente Joe Biden disse ter orientado o Departamento de Transportes a investigar. A presidente do Comitê de Comércio do Senado dos EUA, Maria Cantwell, prometeu investigar a pane e analisar a resiliência e redundância do sistema.

John Cox, ex-piloto de linha aérea e especialista em segurança da aviação, que há voa há 53 anos, disse à Associated Press: "Eu nunca ouvi o sistema cair assim. Então, algo incomum aconteceu."

IMPACTO

Especialistas em aviação de longa data "não conseguiam se lembrar de uma interrupção de tal magnitude causada por uma falha tecnológica", ressaltou a AP. Alguns compararam-no "com o encerramento nacional do espaço aéreo após os ataques terroristas de Setembro de 2001".

"Periodicamente, tem havido problemas locais aqui ou ali, mas isso é bastante significativo historicamente", disse à AP Tim Campbell, ex-vice-presidente sênior de operações aéreas da American Airlines e agora consultor em Minneapolis.

Campbell disse que há muito tempo há preocupação com a tecnologia da Administração Federal de Aviação, e não apenas com o sistema Notam. "Muitos de seus sistemas são sistemas de mainframe antigos que geralmente são confiáveis, mas estão desatualizados".

Conforme a AP, foi a mais recente dor de cabeça para os viajantes nos EUA, que enfrentaram cancelamentos de voos durante as férias em meio a tempestades de inverno e um colapso com a tecnologia de pessoal da Southwest Airlines, e que também sofreram com longas filas, bagagem perdida e cancelamentos e atrasos durante o verão, na retomada pós-Covid.

Ex-diplomata indiano e atual analista de política internacional, MK Bhadrakumar avalia:

Relógio corre na Ucrânia contra mundo unipolar de Washington

Foto de vídeo/divulgação)

Bhadrakumar: "é preciso aceitar que o conflito já se tornou existencial não apenas para a Ucrânia e a Rússia, mas também para os Estados Unidos"

"Os neocons dos EUA ainda não estão preparados para aceitar que a escolha que os encara é entre Biden nadando ao lado de Putin em direção a uma ordem mundial multipolar ou afundando nas águas turbulentas"

O ex-diplomata indiano e atual analista da cena internacional, MK Bhadrakumar, assinalou, com base em artigo de opinião no Washington Post, assinado por dois expoentes do 'pensamento' neocon, a ex-secretária de Estado Condoleezza Rice (sob W. bush) e o ex-secretário de Defesa Robert Gates (W. Bush e Obama), que o "relógio está correndo na Ucrânia para a hegemonia global dos EUA".

Para Bhadrakumar, o artigo Rice-Gates, intitulado "O tempo não está do lado da Ucrânia", destaca exatamente esse paradigma, apesar de contrariar a narrativa triunfalista da mídia imperial até agora.

No artigo, Rice e Gates, após remontarem às duas guerras mundiais que marcaram a ascensão dos EUA como potência mundial, advertem que a "ordem baseada em regras" liderada pelos EUA desde 1990 – palavra de código para a hegemonia global dos EUA – "está em perigo se Biden falhar na Ucrânia".

O apelo do artigo é a quem intensifique "drasticamente" o conflito na Ucrânia, assinala o ex-diplomata indiano, para quem, indiretamente, Rice e Gates reconhecem que a Rússia está em uma maré de vitórias. Evidentemente, a esperada ofensiva russa à frente está abalando seus nervos, observa Bhadrakumar.

FRONT DOMÉSTICO

O analista também registra o contexto doméstico em que o artigo foi publicado, apontando que o impasse da votação do presidente da Câmara e seu desfecho dramático em uma luta política acirrada entre os republicanos "pressagiam um Congresso disfuncional entre agora e a eleição de 2024".

Como relatou a Associated Press e ele transcreveu, "dedos foram apontados, palavras trocadas e a violência aparentemente evitada … Foi o fim de um amargo impasse que mostrou os pontos fortes e a fragilidade da democracia americana".

O próprio McCarthy, em sua declaração após a eleição como novo presidente da Câmara, listou como suas prioridades o compromisso com uma economia forte, combate à imigração ilegal na fronteira mexicana e a competição com a China, mas omitiu qualquer referência à situação da Ucrânia ou fornecer fundos para Kiev.

De fato, no início de novembro, ele havia afirmado que os republicanos na Câmara resistiriam à ajuda financeira ilimitada e injustificada à Ucrânia, acrescenta Bhadrakumar.

Quanto a Trump, embora seja um jogador diminuído, ainda permanece ativo e é de longe a maior voz do Partido Republicano, avalia o ex-diplomata. Portanto, seu apoio a McCarthy terá consequências.

JABUTI NA FORQUILHA

"Biden entende isso. É concebível que o artigo de opinião sobre Rice-Gates tenha sido discutido pela Casa Branca e pelo estabelecimento de segurança dos EUA e, em seguida, roteirizado pelos neoconservadores. O artigo apareceu no dia seguinte à declaração conjunta de 5 de janeiro de Biden e do chanceler alemão Olaf Scholz, ressaltando sua 'solidariedade inabalável' com a Ucrânia".

Bhadrakumar complementa, dizendo que sob imensa pressão de Biden, a Alemanha e a França cederam na semana passada para fornecer veículos de combate de infantaria à Ucrânia. Mais uma bateria de defesa aérea Patriot, de parte de Berlim.

No mesmo dia em que o artigo Rice-Gates veio a público,o Pentágono organizou, "incomum para um sábado", uma coletiva de imprensa de Laura Cooper, subsecretária adjunta de Defesa, Assuntos de Segurança Internacional para Rússia, Ucrânia e Eurásia.

Cooper afirmou explicitamente que a guerra na Ucrânia ameaça a posição global dos EUA: "De uma perspectiva estratégica geral, é difícil enfatizar o suficiente as consequências devastadoras se Putin fosse bem-sucedido em atingir seu objetivo de dominar a Ucrânia. Isso reescreveria as fronteiras internacionais de uma forma que não víamos desde a Segunda Guerra Mundial. E nossa capacidade [dos EUA] de reverter esses ganhos e apoiar e defender a soberania de uma nação é algo que ressoa não apenas na Europa, mas em todo o mundo".

GATO FORA DO SACO

O gato – a expressão é do indiano – está fora do saco, finalmente: os EUA estão lutando na Ucrânia para preservar sua capacidade de exercer influência globalmente. Teria sido mais preciso, mas talvez menos diplomático, dizer que o objetivo de Washington na Ucrânia é manter sua falida dominação unipolar do planeta, o status do dólar, sua 'ordem sob regras' e suas intervenções, impunidade e sanções.

No mesmo fim de semana, por coincidência ou não, o ministro da Defesa ucraniano, Oleksii Reznikov, explicitou a condição da Ucrânia de bucha de canhão para a guerra por procuração dos EUA/Otan contra a Rússia.

"Na Cúpula da OTAN em Madri (em junho de 2022), foi claramente delineado que, na próxima década, a principal ameaça à aliança seria a Federação Russa. Hoje, a Ucrânia está eliminando essa ameaça. Estamos cumprindo a missão da OTAN hoje. Eles não estão derramando seu sangue. Estamos perdendo o nosso. É por isso que eles são obrigados a nos fornecer armas", ele confessou.

RÚSSIA: ABERTA A DIÁLOGO

Em contraste, Bhadrakumar ressalta que Putin deixou claro que "a Rússia está aberta a um diálogo sério – sob a condição de que as autoridades de Kiev atendam às demandas claras que foram repetidamente apresentadas e reconheçam as novas realidades territoriais".

Quanto à guerra, as notícias de Donbass são extremamente preocupantes, para Washington. Soledar está nas mãos dos russos, e os combatentes de Wagner estão apertando o cerco em torno de Bakhmut, um centro estratégico de comunicação e eixo das implantações ucranianas no Donbass.

Ele acrescenta que, em 4 de janeiro, Putin saudou o Ano Novo com a formidável fragata Almirante Gorshkov carregando "sistema de mísseis hipersônicos Zircon de ponta, que não tem análogo", embarcando em "uma missão naval de longa distância através dos oceanos Atlântico e Índico, bem como como o Mar Mediterrâneo."

Uma semana antes, o sexto submarino estratégico de propulsão nuclear da classe Borei-A, o Generalissimus Suvorov, ingressou na Marinha Russa. Essas embarcações são capazes de transportar 16 mísseis balísticos intercontinentais Bulava.

Rice e Gates alertaram que o tempo trabalha a favor da Rússia: "A capacidade militar e a economia da Ucrânia agora dependem quase inteiramente das linhas de vida do Ocidente – principalmente dos Estados Unidos. Na ausência de outro grande avanço ucraniano e sucesso contra as forças russas, as pressões ocidentais sobre a Ucrânia para negociar um cessar-fogo crescerão à medida que os meses de impasse militar passarem. [...]

Leia mais no site do HP

Rússia anuncia libertação da cidade de Soledar, estratégica na ofensiva em Donetsk

As forças russas assumiram o controle total de Soledar, estratégica cidade do Donbass, confirmou o Ministério da Defesa de Moscou na sexta-feira (13). "A libertação de Soledar, importante para a continuação das operações ofensivas bem-sucedidas na região de Donetsk, foi concluída na noite de 12 de janeiro", disse o porta-voz do MD russo, Igor Konashenkov, em entrevista coletiva.

Soledar, com cerca de 10 mil habitantes antes do conflito, é um centro logístico (ferroviário e rodoviário) com uma vasta rede de 201 km de túneis subterrâneos da maior mina de sal da Europa e desde agosto do ano passado ocorriam ali combates, com pesadas perdas para os ucranianos em novembro, chegada de reforços de Kiev em dezembro, mais confrontos, até o ferrolho começar a se romper no início de 2023. Batalhas longas e sangrentas foram travadas literalmente por cada casa.

De acordo com o Ministério da Defesa russo, a tomada de Soledar permitirá "cortar as rotas de abastecimento das tropas ucranianas em Artemovsk (Bakhmut), localizada a sudoeste, e depois bloquear e levar para o caldeirão [fechamento de cerco] as unidades das Forças Armadas da Ucrânia que permanecem nele".

A tomada de Soledar tornou-se possível devido à constante destruição de fogo do inimigo por assalto e aviação do exército, tropas de mísseis e artilharia de um grupo de tropas russas. Eles desferiram continuamente ataques concentrados nas posições das Forças Armadas da Ucrânia na cidade, impedindo a transferência de reservas, o fornecimento de munições e as tentativas de retirar o inimigo para outras linhas de defesa", disse Konashenkov.

Na operação conjunta, participaram paraquedistas russos, milícias do Donbass e os voluntários da PMC Wagner, mais aviação, artilharia e drones. Segundo o MD russo, as tropas russas pressionaram o inimigo de "forma extremamente sistemática e concertada", com ataques frontais e pelos flancos, ocupando gradativamente as alturas dominantes e as aldeias adjacentes transformadas pelas Forças Armadas da Ucrânia em redutos. Duas cidades – Bakhmut e Soledar – já estavam em um semicerco no Ano Novo. Um pouco mais tarde, a rodovia que ligava esses nós defensivos foi cortada.

LINHA FORTIFICADA

As forças ucranianas, auxiliadas por conselheiros dos EUA e da OTAN, passaram oito anos construindo uma complexa rede de fortificações e trincheiras no Donbass, de que Soledar é parte, e usaram essas posições para lançar ataques indiscriminados de artilharia e mísseis contra civis em Donetsk e outras cidades do Donbass e contra as forças russas e as milícias antifascistas.

"Assumir o controle de todo o território de Soledar significa que essa cadeia defensiva ininterrupta ucraniana foi quebrada" disse o analista militar Mikhail Onufrienko Onufrienko ao jornal Izvestia. Ele explicou que Soledar, Seversk, Artemovsk, Konstantinovka, Druzhkovka, Kramatorsk e Slavyansk eram uma cadeia contínua de fortificações na forma de uma ferradura – da curva de Seversky Donets e ao sul até Toretsk.

De acordo com o líder interino da República Popular de Donetsk, Denis Pushilin, com Soledar livre, as possibilidades de libertação de Artemovsk (Bakhmut) e Seversk se ampliam. A libertação de Soledar abre o acesso ao aglomerado Slavyansk-Kramatorsk, onde está concentrado o principal e mais fortificado agrupamento inimigo no Donbass.

A exemplo do que aconteceu em Mariupol, nos próximos dias as forças russas estarão ocupadas fazendo uma limpeza em Soledar.

Enquanto o ministro da Defesa do regime de Kiev, Oleksiy Rezniko, em declaração pública explicitava que a serventia dos ucranianos era ser bucha de canhão para a guerra por procuração dos EUA/Otan contra a Rússia, até mesmo órgãos de mídia norte-americanos se viram forçados a publicar informações in loco que punham em xeque a tese de que "os ucranianos estão vencendo Putin e os russos malvados".

Assim, a CNN teve de registrar um dramático relato de um soldado ucraniano em Soledar, dias antes da cidadela do regime de Kiev ruir: "ninguém mais conta os corpos". A situação, admitiu o "Departamento de Estado no ar", na definição da então secretária de Estado Madeleine Albright, é "crítica".

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

Empresa de Trump é condenada a pagar US$ 1,6 milhão por fraude fiscal

A Organização Trump foi condenada em Nova York, na sexta-feira (13), a pagar multa de US$ 1,6 milhão (cerca de R$ 8 milhões) – a pena máxima – por executar um esquema de fraude fiscal ao longo de uma década, informou a Procuradoria de Manhattan em comunicado.

Duas empresas do magnata Donald Trump, que pretende se candidatar às eleições presidenciais de 2024, a "The Trump Corp." e a "Trump Payroll Corp.", foram condenadas no mês passado por 17 crimes, incluindo fraude fiscal, associação ilícita e falsificação de registros em livros contábeis, com o objetivo de ocultar compensações financeiras de alguns diretores.

O promotor Joshua Steinglass pediu ao juiz Juan Merchan para fazer a corporação do ex-presidente (2017-2021) – que inclui clubes de golfe, hotéis de luxo e propriedades imobiliárias – pagar a multa máxima, embora tenha admitido que a medida terá um "impacto mínimo" em uma empresa multibilionária.

"Todos nós sabemos que essas corporações não podem ir para a prisão como Allen Weisselberg", disse Steinglass nesta sexta, referindo-se ao diretor financeiro que trabalhou por cerca de 50 anos para a família de Trump, condenado a cinco meses de prisão no início desta semana como parte de um acordo que ele obteve com procuradores. "A única maneira de impedir efetivamente tal conduta é torná-la o mais cara possível", avaliou.

Leia mais no site do HP

90% dos residentes na UE sofrem com aumento do custo de vida provocado por sanções à Rússia

O aumento do custo de vida impacta cerca de 90% da população residente nos Estados-membros da União Europeia (UE), assinala o estudo Eurobarómetro divulgado na quinta-feira (12) no site do Parlamento Europeu.

"O aumento dos preços, inclusive de energia e alimentos, é sentido em todas as categorias sociodemográficas, como sexo ou idade, bem como em todos os níveis educacionais e socioprofissionais", diz a pesquisa, mostrando que quase todos os entrevistados na Grécia (100%), Chipre (99%), Itália e Portugal (98% em cada) expressaram suas preocupações a esse respeito.

"A segunda preocupação mais mencionada com 82% é a ameaça de pobreza e exclusão social, seguida pelas alterações climáticas e o alastramento da guerra na Ucrânia a outros países igualando-se em terceiro lugar com 81%", indica o trabalho.

"As pessoas estão compreensivelmente preocupadas com o aumento do custo de vida, à medida que mais e mais famílias lutam para sobreviver. Agora é hora de decisão; de controlar nossas contas, reduzir a inflação e fazer nossas economias crescerem. Devemos proteger os mais vulneráveis em nossas sociedades", declarou a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Arrocho tem levado a manifestações e repetidas greves em diversos países da União Europeia (CGT)

O estudo mostra que os inquiridos querem que o Parlamento Europeu se concentre na luta contra a pobreza e a exclusão social (37%). Seguem-se a saúde pública (34%), a luta contra as alterações climáticas (31%) e o apoio à economia e à criação de novos postos de trabalho (31%) por ordem de relevância.

O estudo Eurobarómetro não se refere ao problema, mas a Rússia já havia previsto que as sanções contra o país – que vão pelo nono pacote – só agravariam os problemas econômicos dentro do bloco.

"O pacote atual, o nono, terá o mesmo efeito que os anteriores: um agravamento dos problemas sociais e econômicos na própria União Europeia", afirmou Maria Zakharova, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, em um comunicado publicado no final de dezembro último.

Matéria completa no site do HP

Quando surgiu o gênero Homo? A mandíbula de Ledi-Geraru, Etiópia

A maioria dos autores acredita que nosso gênero tenha surgido aí por volta de 2,5 milhões de anos, mas não mais que isso. Ocorre que, em 2013, foi encontrada em Ledi-Geraru, na região do Afar, Etiópia, uma mandíbula, conhecida como LD 350-1, que pode revolucionar esse quadro

WALTER NEVES, MARIA HELENA SENGER, GABRIEL ROCHA

Núcleo de Popularização dos Conhecimentos sobre Evolução Humana-IEA/USP

LINCOLN SUESDEK
Instituto Butantan

MARK HUBBE
Ohio State University

A evolução de nossa linhagem, a dos hominínios, iniciou-se por volta de 7 milhões de anos e até cerca de 2,5 milhões de anos se manteve restrita à África. Houve, nesse processo evolutivo, uma sucessão de gêneros, tais como Sahelanthropus, Orrorin, Ardipithecus, Australopithecus e Kenyanthropus. O gênero ao qual nossa espécie pertence, ou seja, o gênero Homo, surgiu apenas há 2,4 milhões de anos, sendo que os fósseis mais íntegros desses primeiros representantes do gênero são encontrados, apenas, a partir de 2,0 milhões de anos, tais como crânios completos de Homo habilis, Homo rudolfensis e Homo erectus.

Portanto, a maioria dos autores acredita que nosso gênero tenha surgido aí por volta de 2,5 milhões de anos, mas não mais que isso. Ocorre que, em 2013, foi encontrada em Ledi-Geraru, na região do Afar, Etiópia, uma mandíbula, conhecida como LD 350-1, que pode revolucionar esse quadro. Ela foi datada em 2,8 milhões de anos e de acordo com seus descobridores trata-se de uma mandíbula do gênero Homo, mas sem espécie ainda definida. Seria um representante mais antigo de Homo habilis? Ou uma espécie nova do gênero?

A classificação da mandíbula LD 350-1 não é, todavia, fácil de ser feita, nem apresenta consenso entre os especialistas. Muitos autores discordam dos seus descobridores, que a atribuem ao gênero Homo. Isso porque a mandíbula também apresenta traços primitivos, similares àqueles encontrados nos australopithecus, mais especificamente na espécie Australopithecus afarensis. Ocorre que os representantes mais recentes dessa espécie viveram por volta de 3,0 milhões de anos, portanto ela, em princípio, teria se extinguido 200 mil anos antes da mandíbula de Ledi-Geraru.

O que fazer então com a mandíbula LD 350-1? A resposta não é fácil. Nosso grupo de pesquisa está se debruçando sobre o assunto, mas até agora não chegamos a uma resposta definitiva, se é que algum dia chegaremos. Talvez a posição mais parcimoniosa seja interpretá-la como pertencente a uma espécie transicional entre o gênero Australopithecus e o gênero Homo, até que novos hominínios fósseis sejam encontrados nos mesmos estratos geológicos da região. Complica o quadro, o fato de Ledi-Geraru ser o único fóssil de nossa linhagem existente entre 3,0 e 2,4 milhões de anos. Qualquer coisa que venha a ser encontrada nesse intervalo de tempo no leste da África será mais que bem vinda.

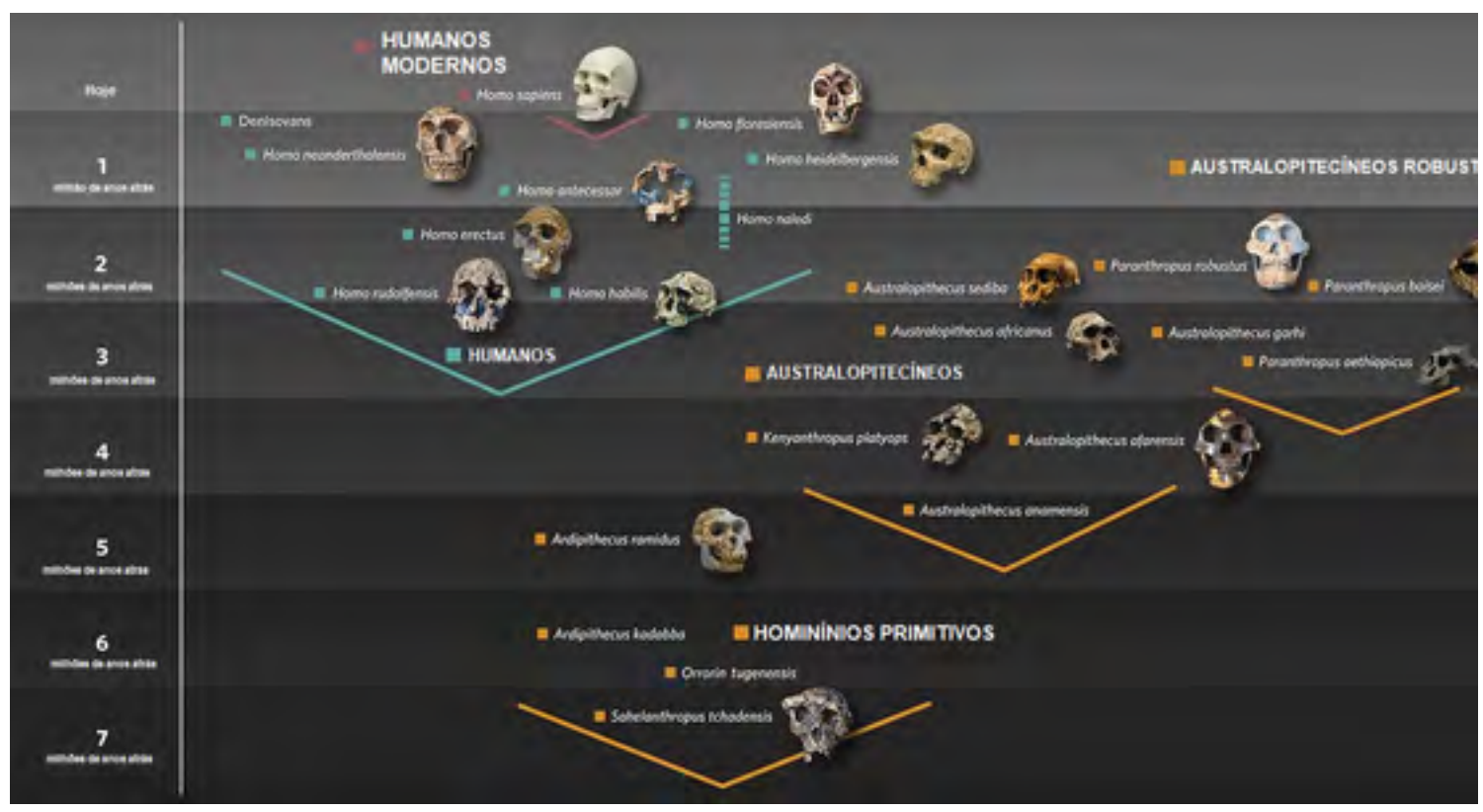
Assumindo-se que LD 350-1 representa uma espécie transicional entre os australopithecus e os humanos, que forças seletivas teriam promovido essa transição? A grande diferença entre esses dois grupos é principalmente o tamanho do aparelho mastigador (maxilar e mandíbula) e o tamanho dos dentes. Os Homo apresentam uma redução significativa de tamanho de ambos os componentes, quando comparados aos australopithecus.

Muitos autores associam a origem dos Homo ao surgimento das primeiras ferramentas de pedra lascada, que teriam promovido maior acesso à carne, muito menos fibrosa que os vegetais e que, portanto, teria relaxado a pressão sobre mastigação pesada. Esse relaxamento teria levado a um aparelho mastigador menor e a dentes também menores.

O problema é precisar quando surgiram as primeiras ferramentas de pedra lascada no registro arqueológico. Em princípio, elas teriam surgido por volta de 2,6 milhões de anos, portanto 200 mil anos após a mandíbula de Ledi-Geraru. Entretanto, pesquisas recentes efetuadas no Quênia sugerem que essas ferramentas podem ter surgido muito antes, por volta de 3,3 milhões de anos. Mas, novamente, não há um consenso sobre se se trata mesmo de lascamento humano ou de lascamento fortuito efetuado pela natureza. Como as primeiras ferramentas de pedra lascada são muito simples e toscas, às vezes é muito difícil diferenciar entre as duas coisas.

Em síntese, é primordial avançar nas pesquisas no leste da África em estratos geológicos datados entre 3,0 e 2,5 milhões de anos, tanto para se encontrarem novos hominínios fósseis, quanto para desvendar a questão das primeiras ferramentas.

A mandíbula de Ledi-Geraru - Foto: Sciense. Abaixo, reprodução adaptada para o português do painel 'Hominid Evolutionary Tree", do Museu de História Natural de Londres, Inglaterra



Algumas das possíveis ferramentas encontradas em Lomekwi, no Quênia, datadas em 3,3 milhões de anos. Fonte: Nature